

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Adriana Lúcia da Rocha Antônio

UM OLHAR SOBRE O PROVÃO PAULISTA:

**As transformações do Ensino Médio vivenciadas por meio das avaliações
anuais de 2023**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

São Paulo

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Adriana Lúcia da Rocha Antônio

UM OLHAR SOBRE O PROVÃO PAULISTA:

**As transformações do Ensino Médio vivenciadas por meio das avaliações
anuais de 2023**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação: Currículo, sob orientação do Professor Doutor Antônio Chizzotte.

São Paulo

2024

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos ,a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Antônio, Adriana Lúcia da Rocha

Título: Um olhar sobre o Provão Paulista: As transformações do Ensino Médio vivenciadas por meio das avaliações anuais de 2023. Adriana Lúcia da Rocha Antônio. São Paulo-2024.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Chizzotte

Dissertação (Mestrado)em Educação -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós Graduação Educação: Currículo.

1- Novo Ensino Médio. 2- Currículo. 3- Provão Paulista. Chizzotte, Antônio. II. Programa de Pós Graduação em Educação : Currículo. III. Um olhar sobre o Provão Paulista: As transformações do Ensino Médio vivenciadas por meio das avaliações anuais de 2023.

Adriana Lúcia da Rocha Antônio

Um olhar sobre o Provão Paulista: As transformações do Ensino Médio vivenciadas por meio das avaliações anuais de 2023.

Dissertação apresentada a Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação e Currículo, área de concentração em Currículo.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Branca Jurema Ponce - PUC/SP

Professora Dra. Neide Noffs - PUC/SP

Professor Dr. Roger Camacho Barrero Junior – CPDOC-FGV

Dedico este trabalho a minha mãe Suzana, pelo incentivo a educação por acreditar num mundo melhor. Ao meu marido Luiz (in memória) por nunca impedir os devaneios de uma professora que sempre sonhou com uma escola diferente. Aos meus filhos, Catarina e José Luiz, por dividirem o tempo todo, a mãe com a escola. E aos meus amigos pelo incentivo e a parceria de sempre.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. Processo nº 88887.802797/2023-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Finance Code 001. Process nº 88887.802797/2023-00

Agradeço aos professores da Educação e Currículo que durante os anos de 2022 a 2024 contribuíram com a lapidação desse profissional da educação que acredita em uma escola inclusiva. Especialmente ao Prof. Dr. Antônio Chizzotte pela tardes de orientação e troca de experiências. À Maria Aparecida da Silva Abi Rached, secretária do Programa de Pós graduação em Educação: Currículo, pela paciência e disponibilidade em ajudar, esclarecendo todas as dúvidas, por muitas vezes fora do seu horário de trabalho .

Resumo

O Ensino Médio é uma modalidade da educação básica brasileira que, neste momento, passa por transformações. Averiguar as mudanças oriundas da implementação do Novo Ensino Médio se faz necessária e urgente para garantir que a Justiça Curricular seja efetiva. Um olhar sobre o Currículo Paulista (etapa Ensino Médio) será o ponto de partida para a análise dos dados oriundos do Provão Paulista realizado pelo Ensino Médio no ano de 2023, que propõe a inclusão dos estudantes em Universidades Públicas. Sendo assim possível aferirmos as efetivas transformações proporcionadas pelo currículo do Novo Ensino Médio no aprendizado dos estudantes. Propõe-se neste trabalho dialogar sobre os caminhos que percorre essa nova proposta de currículo que é foco de demandas urgente que foram impactadas pela política neoliberal de governos anteriores.

Palavras-chave: Currículo; Novo Ensino Médio; Avaliação.

Abstract

Secondary education is a modality of Brazilian basic education that is undergoing a lot of changes. Investigating the changes arising from the implementation of the New High School is necessary and urgent to ensure that Curriculum Justice is effective. A view of the Paulista Curriculum (Secondary Education stage) will be the starting point for the analysis of data from the Provão Paulista made for third year of Secondary Education in 2023, it makes possible students to access the Universities. In this sense, we can study the real changes in students' learning. The aim of this work is to dialogue about the paths of new curriculum proposal takes, which is the focus of urgent demands that were impacted by the neoliberal policy of previous governments.

Keywords: Curriculum; New High School; Evaluation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAP	Avaliação de Aprendizagem em Processo
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
DOE	Diário Oficial do Estado
EFAPE Educação	Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Do Estado de São Paulo – “ Paulo Renato Costa Souza”
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETCS	Escolas Técnicas Estaduais
FATEC	Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo Faculdade de Administração
FEA-USP	Faculdade de Administração da Universidade de São Paulo
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil do Ministério da Educação
FGB	Formação Geral Básica
FUVEST	Fundação Universitária para Vestibular
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP Teixeira	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
NEM	Novo Ensino Médio
NOVOTEC	Programa de Educação Profissional que oferece cursos gratuitos para Estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual
NOVOTEC EXPRESSO	Modalidade do curso Novotec que disponibiliza cursos de qualificação a jovens de 24 anos em com parcerias das escolas técnicas ou instituições de ensino superior
PAET	Projeto de Apoio ao Estudante do Ensino Médio
PEI	Programa de Escola Integral
PCDS	Pessoa com Deficiência
PNE	Plano Nacional Educação

PROUNI	Programa de Universidade para Todos
PUC	Pontificia Universidade Católica
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RDPI	Regime de Dedicação Plena e Integral
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SEE	Secretaria Estadual da Educacao.
SEDUC/SP	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIVESP	Universidades Virtual do Estado de São Paulo
UMC	Universidade de Mogi das Cruzes
USP	Universidade de São Paulo
VUNESP	Fundação para o Vestibular da Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

O perfil da pesquisadora no contexto da pesquisa-ação.....	12
Introdução	18
Capítulo 1- Análise do contexto, uma ação exploratória sobre a educação formal	32
Capítulo 2 - O Ensino Médio: Um segmento em construção.....	45
Capítulo 3- Análise de dados da Prova Paulista.....	59
Considerações Finais.....	68
Bibliografia.....	77

O perfil da pesquisadora no contexto da pesquisa-ação

O presente trabalho de pesquisa-ação se faz por uma necessidade de registrar o percurso de uma educadora, que desde a mais tenra idade já desejava seguir a profissão docente. Em virtude da localidade de seu nascimento, este sonho poderia ter sido adiado ou não concretizado. Nasci no celeiro da arte mineira, São Lourenço, no ano de 1968, de parteira, filha mais velha de quatro meninas de Dona Suzana a empoderada artesã, que naquela época havia concluído apenas o ensino primário, mas priorizava o ensino e a educação. Sou migrante que se transferiu para São Paulo no ano de 1985, com um objetivo: estudar. Tenho raízes católicas, onde se estabelecem pelo colégio religioso que estudei, entre os anos de 1975 a 1983, no Colégio Imaculado Coração de Maria (a tarde ajudava na secretaria da escola como pagamento da bolsa/educação) e pelo tempo que morei em Santa Isabel com a irmã Rafaela (1985) freira franciscana que deixou o convento, mas não a fé católica e com autorização do papa continuou a usar o hábito e teve autorização para fundar a missão Montenegro, constituída para administrar uma comunidade na zona rural da cidade de Santa Isabel-SP na década de 1980. Licenciiei-me em História, na última turma de 3 anos, na Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) no ano de 1991. Naquela época era comum iniciar a docência no início do curso, portanto iniciei minha carreira em 1989. Na data de 31 de março de 2024 comemoro 35 anos de serviços prestado ao governo do estado de São Paulo, atualmente aposentada de um cargo e com um desafio de ficar mais 10 anos para a segunda aposentadoria. Não penso em parar gosto muito de frisar isto, e gosto muito do que meu trabalho na educação. O desafio da gestão escolar, sempre despertou o interesse pela possibilidade de gerir mudanças, assim construí uma carreira no magistério, exercendo a coordenação na escola padrão(projeto do PSDB na década de 1990), a coordenação escolar nos anos iniciais(o qual retornou a figura do coordenador pedagógico na rede pública paulista e o que rendeu a essa pesquisadora o trabalho de conclusão de curso da psicopedagogia em 2008) ,vice diretor de escola, vice responsável pela escola(cargo que era comum na zona rural) e diretor escolar.

Atualmente, estou concluindo a implantação do Programa de Escola Integral, projeto audacioso que a princípio divide os educadores tanto pelo salário como pelas condições de trabalho. Mas parte de princípios democráticos, nos quais, através da votação em reunião com o colegiado interno (Conselho de Escola/Associação de Pais e Mestres), professores, estudantes, pais, funcionários e gestão votaram e escolheram essa modalidade de escola. Mas não foi fácil. Não é fácil romper paradigmas, implantando o novo que muitas vezes também desconhecemos. Cada dia dentro da escola se constitui como um aprendizado. O tema currículo sempre esteve presente nas minhas aulas como docente, na minha atividade como gestora escolar, quando disponibilizava ferramentas para expandir o conhecimento de estudantes da região periférica metropolitana de São Paulo, município de Guarulhos.

Desde a época da faculdade, nos meus sonhos de educadora estavam presentes a preocupação com a oferta de experiências históricas significativas de educação para os alunos. Nesta mesma época por não compreender o alcance das ideias de Paulo Freire, criticava-o quando esse teórico afirmava ser possível alfabetizar em 40 horas e a escola com uma carga horária anual de 1200 h não cumpria seu papel.

Contudo, sua obra hoje é essencial na maneira como penso o ofício docente, pois não há como dissociar aprendizado e ensino a partir de suas relações dialéticas.¹

Educação sempre foi o sonho da minha mãe que priorizava que as filhas fossem formadas, estudadas. Porém justiça curricular não era prioridade na minha época de estudante. A retenção, reprovação escolar era uma ferramenta de punição aos estudantes que não conseguiram aprender. Porém, e os professores que apresentavam dificuldade de ensinar. E o suporte que nós os estudantes necessitávamos? Nada disso era priorizado. Com a expansão da escola pública na época do nacional-desenvolvimentista e das reformas de Jango (1961-1964), o número de escolas e a preocupação com os estudantes cresceu significativamente (Ferreira, 2019; Fonseca; Salomão, 2019).

¹ Paulo Freire escreveu uma série de obras sobre alfabetização, dentre as quais, cito: Pedagogia do Oprimido(1968), Pedagogia da Autonomia(1996), Pedagogia da Esperança(1992), A importância do ato de ler (1981).

Vivenciamos nessa época com a expansão das escolas, mas as políticas adotadas pelo regime autoritário de 1964 provocaram o enfraquecimento do ensino público, gerando falta de professoras e a inclusão de profissionais de diversas áreas para ministrarem aulas, desencadeando problemas em relação ao ensino e a aprendizagem. Com o aumento do número de estudantes por sala somado ao processo acima, podemos afirmar que a qualidade do ensino decaiu. Na década de 1990 e virada do século XX, a prioridade no estado de São Paulo foi a capacitação de professores para se discutir o currículo. Como transformações desse período podemos citar o fato de o professor passar a priorizar a carreira ao invés do trabalho *freelancer*.

Nesse mesmo período, a América Latina foi envolvida num projeto mundial denominado “Educação para todos” que foi sustentado financeiramente pelo Banco Mundial e pelos governos nacionais que aderiram às recentes propostas mundiais para a educação. Contudo, esse projeto fazia parte de uma série de medidas neoliberais adotadas pelos governos latino-americanos desde os anos 1980. No caso brasileiro isso se intensificou nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) (Motta, 2019; Ramalho, 2019). Já no caso do estado de São Paulo, os sucessivos governos iniciados com Mário Covas (1995 – 2001) passaram a promover uma série de medidas que desagradou à categoria docente, gerando greves e paralisações (Sanfelice, 2010).

Mesmo assim, o que se assiste depois nesse cenário é o renascimento da profissão docente e da parceria com as famílias para o resgate da qualidade do ensino ofertado. Com os desafios que se avolumavam a cada caminhar. Fiz parte de treinamentos Secretaria da Educação(SEE/SP) para capacitar em serviço, parcerias como a da Universidade de Campinas (UNICAMP) que realizou no ano de 2008 um curso de Gestão Escolar a nível de pós-graduação, onde a gestão cursava na modalidade híbrida (presencial e à distância) com o objetivo de replicar esse conhecimento. Há também outras capacitações que minha memória me insiste em recordar como o Circuito Gestão onde a gestão (composta por diretor, vice, supervisão e dirigente) viajava pelo interior de São Paulo por vários polos com o mesmo objetivo: capacitar em serviço objetivando a replicabilidade. Então ficava sempre a pergunta: Por que o ensino não melhorava? Uma hipótese possível para quem vivenciou esse período, seria a

instabilidade na replicabilidade, haja visto a troca de gestão e a falta de uma carreira que valorizasse essa categoria.

À despeito da questão salarial e sua relação com desvalorização da categoria, há profissionais que exercem a docência de uma forma mais efetiva e ainda acreditam que a capacitação assim como a replicabilidade das boas práticas é o melhor caminho para a construção de uma sociedade mais sadia e produtiva.

Conheci a Pontifícia Universidade Católica na década de 1990, ingressei na pós-graduação de Psicopedagogia porque tinha interesse em desvendar o universo da alfabetização e os entraves desse processo na rede pública. Possuía na época a Licenciatura em História (1991) e a Pedagogia (1993), mas ansiava por mais saberes. Foram dois anos de grandes desafios e aprendizados tanto que apesar de objetivar o mestrado só o fiz quando foi possível na PUC/SP. Ingressei na Pós em Educação e Currículo em 2022 e posso afirmar que encontrei o meu lugar pelo fato de pesquisar o Currículo e os desafios que se assistem nesse período pós-pandêmico que vivenciamos e ainda por ter os resquícios de um governo (2019 – 2023) que semeou a discórdia e a negação da ciência prejudicando as instituições brasileiras incluindo a saúde a escola pública e a educação como um todo.

Reconstruir a imagem da educação paulista em tempos tão incertos, onde a inteligência artificial assume o seu lugar de parceria, mas desafia a atualização constante desses profissionais da educação é um ato quase heroico que me remete aos deuses mitológicos que vinham para ajudar os humanos como na Grécia Antiga. A disciplina de História me fascina e acredito que grande parte dessa pesquisadora nasceu e sobreviveu a tudo, graças a inquietação que aprendi nos bancos da Universidade de Mogi das Cruzes. O professor de História tem na bagagem uma visão de mundo que percorre gerações e territórios bem diversos que ao realizarem a leitura de mundo com seus estudantes quebra paradigmas e barreiras temporais. Percorro um caminho de educadora que felizmente requer atualização constante para ser o norte que conduz aos caminhos do desconhecido como os de outrora que desbravavam o mundo a serem inseridos no contexto. Decidi contemplar o que percebo mais instigador na rede pública: O Ensino Médio e seus desafios na atualidade.

Em 2023, com a implantação do Provão Paulista que prevê a inclusão dos estudantes da rede pública em universidades estaduais percebi a riqueza desse momento e como que essa pesquisa-ação poderia ser proveitosa. Reconheço que o momento fenomenológico é rico, mas em construção, porém é premente buscar material para estudar esse período, partindo da análise do cotidiano.

Contudo, a minha experiência de historiadora me despertou o interesse de buscar respostas para esse fenômeno de transformações com o Ensino Médio(NEM) ,que está em evidência .A metodologia de trabalho eleita foi a pesquisa-ação, minhas interpretações se baseiam no cotidiano de uma escola de período integral que vivencio desde 2020 até hoje, em registros de cadernos de reuniões de alinhamentos com equipe gestora ,professores ,estudantes e pais. Além disso, baseiam-se ,também em normativas expedidas pela SEDUC-SP com fundamentação teórica em legislação estadual publicadas no Diário Oficial , distribuídas a Diretoria de Ensino e posteriormente as escolas .

Ressalto que o trabalho com a fenomenologia sempre me despertou o interesse tanto que em 1997 na PUC/SP no curso de Psicopedagogia defendi um Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: O professor-coordenador e a Psicopedagogia em ação- Uma reflexão psicopedagógica sobre a atuação do professor coordenador na rede pública do Estado de São Paulo que estava também, em evidência com o retorno deste profissional na rede pública paulista.

Analisar os dados apresentados após a aplicação do Provão Paulista que efetiva a ação de integração dos estudantes da rede pública estadual do 3º ano do Ensino Médio (NEM), em Universidades Estaduais Públicas. Ressaltando que a rede estadual paulista, também oferece cursos profissionalizantes que são um diferencial na formação acadêmica desse estudante que muitas vezes ,já está inserido no mercado de trabalho. Assim como analisar os dados apresentados a partir do ingresso do estudante do Ensino Médio(NEM) ao realizar o Provão Paulista e as consequências dessas ações de políticas públicas, serão prioridade desse trabalho. Portanto, à discussão em torno da mudança do Novo Ensino Médio (NEM) e a alteração ou não dos Itinerários Formativos no cenário nacional, surge a possibilidade de interação de mais estudantes no Ensino Superior. Mas também apontar outras oportunidades, disponibilizando aos estudantes ,o ensino técnico ,objetivando a inserção no mercado de trabalho, contemplando o apoio as famílias que deles

necessitam. É premente apontar o fato de que a parceria escola-família se fundamenta na troca de ações concretas que geram possibilidades aos estudantes matriculados na rede pública paulista. Contudo esse resgate da função social da escola se baseia na felicidade do indivíduo e ao acesso as políticas sociais públicas, gratuitas e universais, essenciais ao bem-estar de todos, o que é obrigatório para a construção de uma verdadeira democracia.

Introdução

No Brasil, com a industrialização em massa, a década de 1980, marca a abertura das escolas para atender ao mercado em expansão. Inicia-se o período de abertura das escolas para todos os segmentos da sociedade, porém a inclusão/interação² dos estudantes não significava qualidade. Ressalto que a palavra inclusão vem do latim, do verbo includere e que significa “colocar algo ou alguém dentro de um espaço”, “entrar num lugar até então fechado” (<https://backoffice.books.scielo.org>) e o significado da palavra interação é a influência recíproca de dois ou mais elementos. E ainda é um fenômeno que permite a certo número de indivíduos constituir-se em grupo, que consiste no facto de que o comportamento de cada indivíduo se torna estímulo para outro(<https://dicionario.priberam.org>). Incluir estudantes nas universidades não é garantia de resultado positivo, haja vista os inúmeros processos de desistência em anos posteriores que frustram as expectativas dos educadores ,dos próprios estudantes e familiares.

No bojo do processo, foram sendo construídos sérios problemas estruturantes que posteriormente os educadores e os teóricos tiveram que administrar. Dentre tantos podemos citar, o fato de a demanda de professores não acompanhar a de estudantes, conseqüentemente ,surge a necessidade de contratação imediata de profissionais com recente formação e ainda pouca vivência para o exercício da docência. E por outro lado a ausência de um plano de carreira que valorizasse os professores que se dedicavam ao ofício de mestre. O resultado disto foram as inúmeras e extensas greves do magistério neste período.

Com a expansão da demanda pelo processo vivenciado pelo Provão Paulista, isso pode acontecer com as Universidades. O fato é que as Universidades assim como a escola tem como meta ,segundo a legislação

² Diante dos desafios da inclusão dos estudantes nas Universidades, nesta pesquisa trataremos primeiramente da integração desses estudantes, como um primeiro passo rumo ao objetivo final a inclusão deles no mundo acadêmico. Nota da autora.

vigente, dar acesso livre as famílias de baixa renda, porque senão dificilmente conseguiremos cumprir à meta 12 do Plano Nacional da Educação(PNE):

Um dos objetivos é a elevação líquida de matrículas para 33% da população de 18 a 24 anos. Ressalta-se que a taxa líquida de matrículas é um indicador que busca medir o acesso aos cursos de graduação por aqueles que se encontram na idade prevista para cursá-los.(PNE-Meta 12)

Mas também deve-se refletir os estudantes que não priorizaram o ensino regular ,mas sim o ensino técnico e com isto tiveram uma redução de aulas nas matérias do currículo base ,a Formação Geral Básica (FGB) serão prejudicados na interação das universidades quando concluírem o Provão Paulista.

A interação de estudantes da escola pública paulista as universidades públicas ainda são restritas, e pode ser ampliada por normativas implementadas pela Secretaria Estadual da Educação SEE/SP, a exemplo do Provão Paulista , tema da nossa pesquisa.

Esse fenômeno de integração que ocorre na rede pública ,que teve início em 2023 com a implantação das Provas Paulistas Bimestrais, substituindo a Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP) que acontecia desde 2011 até 2022.Segundo a SEDUC -SP o objetivo era preparar os estudantes para o Provão Paulista, ou Vestibular Paulista Seriado, com o apoio das plataformas digitais ,que se intensificou entre os anos de 2023 e 2024 ,período dessa pesquisa. O período de realização desse Provão seria no mês de novembro ,onde todas as escolas que oferecem o Ensino Médio(NEM) foram interrompidas as atividades presenciais do Fundamental, que tiveram aulas online , em dois dias para aplicação desse Provão ,em parceria com a Fundação para Vestibular da Universidade Paulista - Vunesp.

No que se refere a gestão escolar foi designado a função de articular entre os estudantes, familiares e professores o comprometimento para que as plataformas otimizassem o estudo durante o ano letivo assim como a disponibilização do tempo dentro do espaço escolar com o acompanhamento por meio da observação das aulas. E nos dias de aplicação do Provão, garantir a frequência escolar, por meio de busca ativa sistêmica. Num primeiro momento tudo que é novo nos assusta ,nos inquieta, e por meio desses desafios do

cotidiano surgem outros, tais como a meta 13 do Plano Nacional de Educação que prevê:

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores. (PNE- meta 13)

Ou seja, uma ação que desencadeia outra e assim vamos construindo um país mais assertivo, justo onde a desigualdade social não assuste, com taxas tão elevadas quanto os índices da atualidade.

O presente trabalho se delineou a partir da pesquisa -ação, emergindo por meio da conexão entre a pesquisa-ação crítica emancipatória e a pesquisa-ação participativa, que se fundamenta no contexto de movimentos sociais pelo mundo, defendidas por teóricos como Paulo Freire, Orlando Fals Borda, Rajesh Tandon, Anisur Rhman e Marja-Liisa Swantz apud (Kemmis e Taggart, 2005). Portanto, relatar as mudanças vivenciadas na rede pública estadual de São Paulo, sob a ótica da implantação/implementação Provão Paulista³ em todos os segmentos de ensino, sejam eles Anos Finais do Fundamental ou Novo Ensino Médio (NEM), é relevante. Contudo, o foco dessa pesquisa são os estudantes do 3º ano do Ensino Médio, tanto regular como profissionalizante que farão o Provão Paulista que, segundo a ótica da justiça curricular, é a construção coletiva do currículo baseada nas experiências históricas significativas de educação- currículo que buscam a justiça social compreendida como superação de desigualdades e respeito e afirmação das diversidades, que visa dignificar todos os sujeitos da escola no presente e no futuro (Ponce, 2018), um ressarcimento do prejuízo ocasionando no seu percurso escolar.

É importante ampliarmos o conceito de Prática Social e Pedagógica. Entende-se por Prática Social o desenvolvimento do ser humano suas potencialidades, habilidades e competências e Prática Pedagógica refere-se além da prática didática envolvendo a formação o espaço -tempos escolares e a organização do trabalho docente. Por isso, os estudantes, quando passam pela

³ Existe uma diferença notória entre implantar (iniciar) e implementar (pôr em prática). Para se implementar é preciso que seja implantada, ter normativas só então pode ser executada (implementada.) Nota da autora.

escola além das disciplinas a serem ministradas, são reforçadas as práticas colaborativas, o valor da solidariedade, o respeito ao meio social e ambiente que o acolhe e que precisa ser preservado. Ou seja, a formação do ser humano epistemologicamente constituído. Compreender o ser humano, enfim, que o ser humano se faz, pela sua explicação, que é dentro dele mesmo que tirará os materiais de sua própria construção, que ele é seu grande mistério. E a partir dessa compreensão que se descobrirá a beleza do mundo (Becker, 2023).

Recuperar os prejuízos ocorridos com implantação do Novo modelo de Ensino Médio (NEM), que onerou os estudantes de matérias básicas que são exigidas no Enem (Exame Nacional Ensino Médio), principal acesso às universidades, sejam elas públicas ou privadas de alunos, por meio de interação social. Como pesquisadora, mestranda da PUC/SP, e como elemento ativo numa escola da rede pública paulista no processo de implantação tanto do Ensino Novo Médio (NEM) como o Provão Paulista se faz necessário elencar todos os elementos facilitadores e dificultadores que norteiam esse projeto.

Vale ressaltar que como historiadora de formação na graduação, se faz premente apontar todo o contexto histórico que se permeia o novo modelo de Ensino Médio (NEM), desde a fundamentação da legislação como a realidade da escola que nos acolheu para realizar o estudo. A educação brasileira passa por um período de implementação do Novo Ensino Médio (NEM), a Lei 13.415/2017, que estabeleceu a reforma do segmento educacional por meio de Medida Provisória até a sua aprovação que ocorreu como Lei em 17 de fevereiro de 2017, sua homologação se efetivou em dezembro de 2018. A importância da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Novo Ensino Médio (NEM) está diretamente ligada à contextualização do ensino, e as modificações na estrutura educacional se efetivaram em duas vertentes: a Formação Geral Básica (FGB) e Aprofundamentos Curriculares de Itinerários Formativos. O escopo proposto para os componentes curriculares gerou inquietações aos docentes de todas as áreas do conhecimento devido à ausência de uma visão macro da nova modalidade. Com isso, tenta-se compreender se a contextualização do ensino que foi empregada no livro didático, atende às exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Currículo Paulista. E assim, a aferir os resultados oriundos da Prova Paulista da terceira série do Ensino Médio (NEM).

A redação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio propõe que os estudantes desenvolvam diálogos entre grupos, indivíduos e cidadãos de diversas nacionalidades e culturas, enfatizando a aceitação da alteridade e de uma conduta ética. O texto propõe que o desafio é dialogar com o outro e as novas tecnologias, atentando para o caráter positivo e negativo do seu uso. Sugere-se a utilização consciente e crítico desses meios observando quais suas finalidades e explorando o seu potencial (BNCC, 2019, p. 562).

Em busca de compreender o contexto brasileiro, que não tem como prioridade a educação muito menos a Justiça Curricular, que explicita a relevância de ancorar numa educação mais aberta e não centralizadora do currículo. Em São Paulo a centralização do currículo é vista como positiva por alguns segmentos da educação, uma vez que dentro do mesmo estado, cidade, bairro encontrava-se uma fragmentação no currículo que atrapalhava a sequenciação e a própria adaptação do estudante quando o mesmo por qualquer que fosse o motivo se transferisse de escola. Porém, outros segmentos da educação, pontuam que essa centralização desconsiderou as especificidades do local em que a escola está inserida. A produção do currículo escolar vai muito além da mera aplicação de um referencial curricular oficial nas salas de aulas.

Currículo é uma construção que conta com a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem com a construção de uma ação significativa. Dentro do espaço escolar currículo se define como uma seleção organizada de conteúdos contemplando uma política educacional vigente para que os agentes envolvidos no processo de aprendizagem estudante (que tem o dever de aprender) e professor (que tem o dever de ensinar) possam regular a prática didática no interior da sala de aula. Na atualidade currículo continua sendo disputa de território e de poder sendo a avaliação principal articuladora desse processo.

Avaliação é um instrumento que serve para a tomada de decisão do professor em relação ao seu objeto de ensino que o estudante não conseguiu se apropriar. Tem uma função significativa porque requer tomada de decisão, mas sempre com o foco de acolher, incluindo as diversas formas de aprender e ensinar. Pode ser interna planejada pelos próprios professores que ministram

as aulas ou externa por órgãos contratados para analisar as dificuldades e facilidades e assim tomarem decisões estratégicas .

Outra vertente a ser observada com detalhes neste trabalho de pesquisa , refere-se aos processos identitários que marcam a territorialidade, as fronteiras e as disputas históricas de diversas naturezas fato observado, por meio do bom uso de uma historiografia especializada. E premente elencar que, com as crises vivenciadas, na escola com a implantação do Novo Ensino Médio (NEM), instalou-se na sociedade atual um clima de instabilidade com a suposta nova consulta. Porém, fato e que não podemos apagar, deletar as mudanças ocorridas advindas dessa aprovação da Base Nacional Curricular (BNCC) que trouxe no bojo o Novo Ensino Médio (NEM), os Itinerários Formativos e as mudanças que atualmente vivenciamos. E parte da nossa História, construída ao longo do percurso, mas, devemos ajustar sim o fluxo e entender que os ajustes são necessários para aprimorar o processo que acontece no interior de uma escola.

Falar sobre currículo na escola pública, é falar sobre a cultura do monitoramento, controle e prestação de conta no serviço público que tem outro foco além das políticas educacionais. A Unidade nacional propagada pelos defensores da Base Comum Curricular (BNCC) , desconsidera a caracterização do estudante em sua condição de diferença, desumaniza o trabalho docente sendo criticada por movimentos de diversas entidades científicas que criticam desde a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que foram abandonados (Cassio F e Castelli Jr -2019).Aos gestores da escola, direção ou coordenadores permanece o desafio de liderar professores, sendo o eixo de ligação entre as esferas do poder público e a vivência do cotidiano escolar que nesse período pós pandêmico tem enfrentado grandes dificuldades na atuação.

A importância dos professores para a implantação do Novo modelo de Ensino Médio (NEM) e do novo modelo de Escola de Período Integral foi incontestável. No cotidiano da escola é inequívoco a atuação e a relevância dos professores e os impactos de suas ações na vida dos estudantes. Se por um lado é primordial a ação dos professores por outro há uma futura ameaça a carreira docente, um verdadeiro hiato entre a importância e a atratividade dada as condições para o exercício da docência. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP),vinculado ao Ministério da Educação mostram

que as matrículas em licenciaturas caíram e o número de formandos também se reduziu.

Dados do INEP também apontam ainda que somente um terço dos licenciados vai atuar na docência o que vem sendo caracterizado como o “apagão das licenciaturas”. Na rede pública paulista estamos vivenciando essa situação com bastante ênfase. Estamos com vários estudantes dando aulas e com grande números de professores recém formados. E em outras situações cargos vagos como os da sala de leitura (na escola que nos acolheu e em outras escolas da rede) que está sem ocupação há mais seis meses, para atender a demanda da sala de aula, prejudicando o bom andamento do projeto Sala de Leitura. Nesse contexto aparece a Prova Paulista com o intuito de ressarcimento dos conteúdos que não foram ministrados a longo do percurso do Ensino Médio. Os estudantes são conclamados a realizarem não mais uma única prova ao final do curso anual, mas sim provas bimestrais ao longo do período, com o objetivo de treinarem e se aperfeiçoarem para que em novembro, realizem o Provão Paulista, caminho para adentrarem as universidades públicas.

O objetivo desta pesquisa é compreender as mudanças oriundas da implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Analisar o Currículo Paulista etapa Ensino Médio (NEM), a partir dos dados apresentados do Provão Paulista da terceira série do Ensino Médio.

A metodologia será análise documental dos dados divulgados em listas de acesso as universidades, numa ação fenomenológica em virtude do fato estar em evidência na atualidade. Assim será possível aferirmos as efetivas transformações proporcionadas pelo currículo do Novo Ensino Médio(NEM) ao aprendizado assimilado pelos estudantes.

A inquietação dessa educadora com formação básica na disciplina de História e atualmente na gestão, implantando um programa de escola de período integral na educação formal tem como objetivos específicos: **1.** Identificar os resultados dos estudantes da terceira série na prova paulista e assim averiguar por meio da análise dos dados documentais, as efetivas mudanças oriundas e **2.** Aferir in loco a ação docente que revele os reais impactos oriundos das modificações curriculares gerados em sala de aula da unidade escolar

. Retomar esse pensamento propicia entender a escola, sua organização, seus modos de funcionamento ,refletindo sobre a concepção de ensinar e aprender dentro e fora do espaço escolar. Para tanto é premente observar a relação da defasagem de formação dos estudantes que vivenciaram o processo de reformulação do chamado Novo Ensino Médio(NEM), e do próprio período pandêmico que nas relações entre o prescrito e o realizado , irão realizar um Provão Paulista ou Vestibular Seriado que tem como reta final o ingresso ao mundo acadêmico. Na prática com essas perspectivas de contexto, a não reformulação do modelo de prova, mas a estruturação que não atende aos estudantes, visto que não ocorreu uma transformação no modelo de aplicação de ingresso a nível acadêmico, prejudica e ocasiona danos aos estudantes do 3º ano Ensino Médio.

Desta forma, os estudantes atualmente enfrentam dificuldades em realizar os itinerários formativos, porque a avaliação difere do que foi trabalhado no decorrer do ano letivo. Ou seja, a formação básica é exigida nas avaliações externas , nos vestibulares e no sistema de ingresso as universidades. Hoje o estudante do Ensino Médio que está concluindo a sua formação básica, questiona o modelo de ingresso na vida acadêmica, porque os itinerários não contemplam todas as suas necessidades em virtude de as provas serem adotarem uma abordagem tradicional. Isso se deve pelo fato de os vestibulares serem utilizadas perguntas que exigem memorização e não reflexão dos conteúdos abordados.

Luckesi (2011), pontua que a avaliação da aprendizagem nessa perspectiva, é um recurso pedagógico disponível ao educador para que auxilie o educando na busca de sua autoconstrução e de seu modo de estar na vida mediante aprendizagens bem-sucedidas. Assim vemos algumas questões que sinalizam preocupações quanto a qualidade do ensino ofertado, bem como os objetivos pedagógicos dessas provas, cuja questões, são de uma complexidade que dificulta o entendimento e, portanto, o êxito do aluno.

A lacuna entre estudantes do Ensino Médio e as Universidades foi acentuada com a pandemia de 2019, visto que esses estudantes passaram pelo processo de ingresso e reformulação do ensino médio, diante de plataformas e aulas online, o que foi insuficiente para suprir suas necessidades. Nesse sentido,

é importante atentarmos para questões estruturais, como as desigualdades sociais, as quais afetam principalmente a população negra e de baixa renda que, além da falta de acesso à internet por parte da comunidade discente, tendo em vista as barreiras econômicas para comprar aparelhos eletrônicos. Apesar de iniciativas como a doação de chips pelo Estado ou do acesso a tablets, muitos seguiram sem acesso, tendo em vista questões de foro familiar geradas por essas mesmas desigualdades. Assim, hoje temos uma deficiência em relação a esta formação de itinerários que não contempla todas as necessidades e disciplinas que são colocadas. E com isto as consequências são negativas tanto para os estudantes quanto aos professores.

Nesta pesquisa mencionamos sobre as 4 provas paulistas⁴ (1ª, 2ª, 3ª, e 4ª) aplicadas na rede pública estadual pelo meio de avaliação externa ao final de cada bimestre a todos os estudantes o que gerou para a Unidade Escolar, um dado qualitativo importante de dados a serem analisados pela equipe gestora. Uma verdadeira caixa preta do conhecimento que a escola produziu durante o ano letivo e que irá fornecer informações detalhadas, sobre o percurso do desempenho dos estudantes.

Nosso foco de análise busca responder à pergunta proposta pela mestranda: em que medida o Provão Paulista pode elevar os índices do Ensino Médio tanto no Regular como no Técnico dos estudantes candidatos a darem sequência de seus estudos?

Serão apresentados aos estudantes regularmente matriculados no segmento do Ensino Médio em 2024 tanto o regular como os de Ensino Técnico (atualmente Administração e Recursos Humanos), os dados do Provão Paulista de 2023, aplicados no final do ano letivo aos estudantes do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio.

A intencionalidade de tal iniciativa coincide com a afirmação de Chizzote, quando:

⁴ Prova Paulista avaliação realizada ao final de cada bimestre por todos os segmentos da escola. Provão Paulista avaliação realizado ao final do ano letivo pelo Ensino Médio (NEM).

A pesquisa ativa, de modo geral, visa auxiliar a promoção de algum tipo de mudança desejada; pressupõem uma tomada de consciência, tanto dos investigadores dos problemas próprios e dos fatos que os determinam para estabelecer os objetivos e as condições da pesquisa, formulando meios de superá-los. (Chizzotte,2021)

O objetivo dessa análise do Provão Paulista com foco para integrar os estudantes da rede estadual nas Universidades Públicas, encanta essa mestranda que comemora 35 anos de vivência da rede pública estadual de São Paulo como professora e demais funções, nunca vivenciou tal ação de inclusão. Por vários anos se vinculava a ideia de que a escola pública não formava estudantes com foco nos vestibulares, esse paradigma está prestes a ser quebrado porque dentro dessa normativa explicitada pelo atual secretário da educação, é primordial que a escola pública prepare os estudantes para o ingresso as universidades, bem como para o trabalho como se enfatiza nos cursos técnicos.

O Provão Paulista tem como indicador o desempenho dos estudantes, que ao final do ano letivo ,conclusão do Ensino Médio, podem ser integrados nas universidades públicas por meio de uma classificação que permite o acesso .E também elevar os índices de desempenho individuais dos estudantes ,para os demais instrumentos que permitem o ingresso já existente na atualidade brasileira.

No Capítulo 1 - **Análise do contexto ,uma ação exploratória sobre a educação formal** - Neste capítulo o objetivo principal de aprender com a experiência pela observação cuidadosa da escola de educação formal a ser explorada, pela implantação do Novo modelo de Ensino Médio (NEM) e pelos resultados da Provão Paulista ou Vestibular Paulista Seriado, que abre as portas das Universidades Públicas aos estudantes de baixa renda e oriundos das escolas públicas. Caracterizar o momento histórico, onde a sociedade civil participou de uma reavaliação para corrigir os rumos das ações equivocadas na implementação da BNCC(Base Nacional Comum Curricular) que não concordam com a imposição de um currículo comum em um país tão diversos como o Brasil, em detrimento da diversidade de experiências escolares e das especificidade

regionais. Mas como realizar um questionamento ideológico sobre a qualidade da educação que de 2020 á 2021 vivenciou o período pandêmico que a escola lutou para se manter com o básico, dado a especificidade do momento que solicitava distanciamento? E para complexidade desse momento um representante do povo à frente do governo brasileiro que pregava o caos incitando a violência e a radicalização pela falta do diálogo? É dentro desse panorama que com o olhar de uma profissional que atua a 35 anos na rede pública do estado de São Paulo, que iniciaremos um debate salutar sobre a escola: onde está inserida, a comunidade escolar e suas limitações organizacionais, os recortes da implantação tanto do Novo modelo de Ensino Médio(NEM) e a implementação do Provão Paulista ou Vestibular Paulista Seriado.

No Capítulo 2 - **O Ensino Médio: um segmento em construção** – Neste capítulo examinar os problemas vivenciados na educação brasileira brevemente, sobre o foco do Ensino Médio que é nosso objeto de estudo. Analisar o percurso turbulento das mudanças sofridas pelo Ensino Médio(NEM) tanto o regular como o Ensino Médio Profissionalizante ,que resulta na fragilidade e exclusão dos estudantes da periferia que ao mesmo tempo vivencia as dificuldades de se manter financeiramente. Analisar o período em que se discute a reformulação do Novo Ensino Médio(NEM) e a implantação do Provão Paulista ou Vestibular Paulista Seriado, que estabelece uma correção para os estudantes na Formação Geral Básica (FGB) que foram ocasionadas pela implantação dos Aprofundamentos Curriculares de Itinerários Formativos.

A abordagem que os pesquisadores de pesquisa -ação participativa adotam para identificar problemas ou crises é conduzir a pesquisa como uma base para informar a si e aos outros sobre os problemas ou crises e explorar maneiras pelas quais os problemas ou crises são superados(Kemmis & Mc Taggart,2000).

A pesquisa-ação participativa pressupõe não somente elencar os problemas diagnosticados, mas procurar caminhos e soluções com todos envolvidos para emponderar e fortalecer os laços dos que de fato vivenciaram o

problema. A construção coletiva se torna valorosa para buscar estratégias de convivência fortalecendo os laços que perpassam a afetividade .

Vale ressaltar, que a escola em questão vivencia desde 2020 grandes transformações o que tem impactado nas ações diretamente com saldo positivo na questão do currículo apesar de não podermos nos esquecer que devemos realizar essa revisitação panorâmica histórica do currículo, priorizando alguns autores para entender a base, a escola do passado (ou não), seus métodos, sua organização, seu funcionamento, em como suas influências no presente, considerando as múltiplas culturas e suas linguagens, os instrumentos simbólicos e concretos entre a concepção do modo de entender o presente e perspectivar o futuro.

No Capítulo 3 - **Análise de dados do Provão Paulista** Se faz necessário que a escola pública da rede de São Paulo ,realize um estudo qualitativo para analisar o período de 2023 por ter sido monitorada por meio da prova paulista (1º,2º,3º e 4º bimestre)uma avaliação externa que impactou a parte pedagógica. É premente que se faça uma distinção entre Prova Paulista e Provão Paulista. No ano de 2023 foi implantada pelo novo governo, o Republicano ,um sistema de avaliação bimestral externa, substituindo a Avaliação de Aprendizagem em Processo (AAP),que tem como objetivo central a melhoria dos índices da educação paulista como outrora também foi palco de ações no Paraná(Brasil)⁵ .A essa prova denominou-se Prova Paulista, que seria digital utilizando os recursos tecnológicos adquiridos na época da pandemia realizada bimestralmente por todos os estudantes matriculados nas escolas públicas estaduais de São Paulo. Durante todo o ano de 2023, foi sinalizado que os estudantes do Ensino Médio iriam realizar um Provão Paulista ou Vestibular Seriado Paulista, outra ação que tinha a finalidade de integrar os estudantes da rede pública paulista em Universidades também públicas .Os estudantes do 3º ano de Ensino Médio (NEM) fariam o Provão e a Redação ,ao passo que os estudantes do 1º e do 2º apenas o Provão Paulista, por ser esse o primeiro ano da implementação e dando sequência a seriação em anos posteriores. Posto isto ,é salutar refletir que essas ações vêm posteriormente ao período pandêmico

⁵ A gestão de Renato Feder ,atual Secretário da Educação de São Paulo, em 2022, exercia o mandato de Secretário da Educação do Paraná ,onde o estado alcançou o primeiro lugar no Ideb do Ensino Médio, com nota 4,6.

que fragilizou o sistema educacional com o distanciamento e que para os educadores e pesquisadores que acompanham o sistema educacional brasileiro já se percebia a necessidade de se discutir ações efetivas com os dados que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apresentava. Nesse contexto nasce mais uma avaliação externa aplicada no contexto da rede estadual que apesar de contemplar a priori o currículo, é aplicada em todo o estado, despertando na comunidade escolar a curiosidade sobre sua efetiva finalidade.

A proliferação das avaliações educacionais em larga escala-especialmente as censitárias(obrigatórias para cada estudante)-relaciona-se a consolidação de uma cultura de monitoramento, controle e prestação de contas no serviço público que vai muito além das políticas educacionais.(Cássio e Catelli,2019)

Ressalta-se que ao mesmo tempo que as avaliações educacionais são fontes de dados para mapear o desempenho dos discente e fornecer dados para o docente rever sua práxis.

Essa pressão sobre a escola ,estudantes e professores nos faz repensar a falta de acolhimento com as diferenças e os problemas que a cada comunidade escolar vivência. Não se prioriza as diferenças regionais e não se acolhe as dificuldades ,mas se questiona a fragilidade de um sistema que tem que ser aplicado sistematicamente em diferentes regiões. A mente humana tem que ser respeitada em cada tempo humano: infância, adolescência ,juventude e vida adulta. Consequentemente será antipedagógico reter jovens e adolescentes nas primeiras séries porque suas mentes ,culturas, vivências ,não são mais de crianças (Arroyo 2020) .Consequentemente a perversidade sobre a escola, bem como os atores que compõem o seu quadro ativo e em virtude de não analisar suas especificidades , bem como a comunidade e do contexto em que ela se insere.

O provão será mais uma porta de entrada que garante o acesso de alunos do Ensino Médio, tanto o regular como o Ensino Médio Técnico, da rede estadual de São Paulo, para a Universidades Públicas , incluindo as Escolas Técnicas Estaduais (Etecs), a cursos superiores das Faculdades de Tecnologia do Estado.

Os jovens têm o sonho de entrar na Universidade ou concluírem um Ensino Técnico porque, segundo a perspectiva dos pais e da própria sociedade que apoia a lógica neoliberal, o discurso preconiza o sucesso profissional, a inserção no mercado de trabalho, emprego de qualidade e autonomia. Essa avaliação, o Provão Paulista, vem sendo aplicada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) desde novembro de 2023 em parceria com a Vunesp, com questões de múltipla escolha e redação. O teste foi utilizado como acesso a vagas nas Fatecs e universidades públicas paulistas já no início de 2024. O Provão Paulista seguirá os moldes de vestibular, com aplicação presencial fiscalizada nas escolas estaduais, em data sequencial de dois dias. Para 2024, o acesso às vagas nas Fatecs e universidades foi obtido pela nota acumulada por alunos no Provão Paulistas dos dois anos finais do Ensino Médio. Em 2025, serão considerados os resultados nas provas aplicadas ao longo das três séries. Além de facilitar a entrada na graduação, a Seduc-SP avalia que o Provão Paulista servirá para melhorar o desempenho dos estudantes do Ensino Médio Regular e Técnico da rede estadual paulista. Esse foi o principal objetivo que levou os estudantes e professores durante o ano inteiro a realizarem a Prova Paulista (avaliação externa, online), além, é claro, de trabalhar o 3º ano para o ingresso no meio acadêmico.

PROVÃO PAULISTA

O QUE É	QUEM PARTICIPA	QUANDO
*Uma Prova aplicada para toda a rede pública estadual paulista atendendo a normativa da Seduc em parceria com a Vunesp, Unesp, Unicamp, USP, Univesp e Fatecs. *Principal acesso aos estudantes da rede pública paulista as Universidades .	* Estudantes do Ensino Médio Regular e Técnico do 1º/2º e 3º anos .Porém somente o 3º ano realiza a redação porque é seriada.	* Realizada no mês de novembro de cada ano em dois dias subsequentes.

Fonte: SEDUC - Elaborado pela autora

Capítulo 1- Análise do contexto, uma ação exploratória sobre a educação formal

Na concepção de escola que se assiste no Brasil atualmente pensar o currículo como forma de poder está longe dos trabalhadores da educação. A escola brasileira se reinventa mais uma vez e desta vez para tratar das sequelas do período pandêmico, tanto no cenário da família como a escola.

Ocasionou tanto prejuízo nos laços afetivos que ceifaram muitas vidas deixando os lares em reconstrução, como também o impedimento do ato de convivência entre os pares que muitas vezes é essencial para a formação do estudante que se educa. Além disso tem que dar conta do seu papel essencial que é transmitir conhecimento formando a criticidade do estudante visando uma sociedade mais justa emponderada para a quebra de paradigmas se que propõe.

O conhecimento que os estudantes devem aprender na escola se baseia na abordagem acadêmica-disciplinar baseada no realismo social. O conhecimento é possível porque há um conhecimento objetivo ainda que sua base seja sempre social como afirma Macedo; Lopes (2011). A educação precisa ser alicerce sobre a vulnerabilidade para dar visibilidade e experiência de estar com o outro, movendo passos a passos as hierarquias estruturais supostamente impregnadas nessa sociedade. Isto posto entendemos como afirma Arroyo (2011) a função reguladora do currículo como manutenção do poder.

Assim, podemos abrir as camadas desse currículo trabalhando inicialmente a diferenciação entre currículo, e classe que foi a parte turbulenta da reforma que data o século XVI, porque atualmente não se percebe a importância de um trabalho de autoria da prática sendo o currículo uma partitura que não foi elaborada pelos músicos que irão tocar a música. Nesse mesmo período, de acordo com Guy Vicent (2001), surge a Forma Escolar, ou seja, o modo como a até hoje concebemos as funções e a estrutura das instituições de ensino. O debate acima também tem origem nesse século, visto que a

centralização do poder produzirá hierarquias que até hoje geram conflitos na educação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vem outorgar o currículo que se estabelece nas escolas em âmbito nacional. Omitir a discussão no espaço escolar ,seria imperdoável da minha parte ,porém é fato que no momento que ocorreu a devida consulta não estávamos preparados para a grandeza da ação que se permeava no contexto escolar.

Ao compreendermos que a gestão da escola não está somente centrada na parte pedagógica, mas envolve outras questões significativas, podemos entender que ,a escola sempre foi palco de inúmeros acontecimentos cotidianos. Com uma agenda, que é elaborada semanalmente nas reuniões de alinhamento, mas com distratores diários em decorrência de mediações que se fazem necessárias e urgentes, nem sempre são cumpridas.Com isto, o que se observou foi o fracasso da ação empreendida, de analisar e entender a discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a explicação mais aceita seria o fato de não se valorizar o momento histórico em questão nesta consulta por todos que compõe a escola. Como historiadora ,resta a hipótese a ser pesquisada, explicada talvez pelos anos que nos foram impostos pela ditadura militar(1964-1985).

Mas, parafraseando Paulo Freire (1990), experienciar faz parte do ser humano, contudo, paradigma que se apresenta na atualidade quanto ao Ensino Médio se faz necessário compreender o contexto da realidade que se apresenta para adequar a BNCC na prática visto estarmos neste momento com ela em execução. É premente elencar que como educadora ,em quase quatro décadas, deveríamos valorizar as experiências vividas e a partir disso construir novas ações sem descartar a todo tempo a bagagem construída no percurso. É inquestionável que a escola não é o único lugar onde se aprende, não é o único espaço de formação a que as pessoas estão sujeitas durante a vida. E, portanto, é importante valorizar as aprendizagens significativas ,baseadas nas práticas cotidianas que serão necessárias para podermos libertar a educação da atual submissão da escola vista, como única detentora do saber.

Retomar esse pensamento propicia entender a escola, sua organização, seus modos de funcionamento refletindo sobre a concepção de ensinar e aprender dentro e fora do espaço escolar e com isto encarar a organização

curricular ,com um currículo aberto, flexível, em permanente construção ,uma práxis.

“...o currículo envolve a construção de significados e valores culturais. O currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de fatos e conhecimentos objetivos...(Silva ,2000).”

Reforçando o texto citado acima, o currículo é integrado com a cultura, portanto produz um conteúdo cultural para o sistema educativo sendo importante inserir as interseções dos espaços culturais que propiciam múltiplas culturas que adentram o espaço do território ocupado pelos estudantes. É interessante atentarmos para o fato de que a palavra *currículo tem a mesma raiz de cursus e currere*. Na Roma antiga era utilizada para demonstrar a soma das honras que o cidadão ia acumulando à medida que ocupava os cargos desta política. Já na atualidade ela denomina duas vertentes: o percurso que o estudante constrói na sua passagem pela escola por meio de sua trajetória escolar. E por outro lado, currículo vitae que é constituído na sua vida profissional e seus estudos atualizados. Assim, vemos que o conceito em questão diz respeito a uma série de atitudes e de etapas que uma pessoa deve cumprir para chegar a um determinado fim. No primeiro sentido diz respeito à conclusão de uma trajetória escolar (Ensino Fundamental e Médio) e, no segundo, às etapas que cumprimos para ingressar numa carreira ou mercado de trabalho. A escola é um espaço didático privilegiado para compor os elementos de uma vida cidadã que se constrói no território que esse estudante ocupa.

Dentre esses debates, Dominique Julia (2001) define o conceito de Cultura Escolar, o qual diz respeito à soma de todas as características que tornam uma escola única em relação às demais (entorno, público atendido, docentes, edificação). Seguindo as ideias desse autor, é pertinente compreender as especificidades da escola em que trabalhei nos últimos anos como diretora.

Em dezembro de 2020, quando assumi a direção desta escola , EE Alexandre Lopes Oliveira, num período considerado traumático para o início do século XXI a principal queixa era a evasão dos estudantes e o histórico alto de faltas dos professores. Iniciamos o ano de 2021 com várias turbulências tanto da parte da saúde com a 3ª onda do Covid que ceifou muitas vidas, mas com os

novos desafios propostos pelas aulas online. A instituição em questão foi inaugurada em 1990 com o nome de Jardim das Nações I, mas teve seu nome alterado posteriormente para homenagear um estudante que faleceu aos treze anos de idade. Ela está localizada no Jardim das Nações, em Cumbica, Guarulhos-SP, e foi construída sobre uma praça chamada Vaticano, que assim como as ruas do entorno, possui nomes de países. A área verde ainda existe, mas se restringe a um pequeno espaço na confluência das ruas Brasil, Portugal e França.

Região do Jardim das Nações. O ponto vermelho é onde se localiza a escola. A área em verde é o Aeroporto Internacional de Cumbica.



Foto de 2024. Google Mapas.

Localização da escola em relação a Cumbica e outros bairros de Guarulhos.

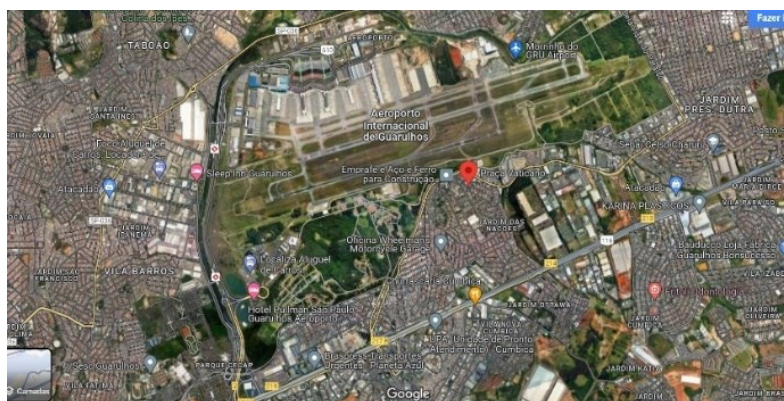


Foto de 2024. Google Mapas.

A instituição atende aos moradores do Jardim das Nações e moradores de uma comunidade conhecida como Sem Terra, Jardim São Manoel e Vila Aeroporto. Ela, inclusive, possui vista para o Aeroporto Internacional de Cumbica, sendo que é constante ouvir os aviões no interior da escola, gerando questionamentos em relação à poluição sonora. A comunidade Sem Terra divide seu espaço com o muro do aeroporto e em dias de chuva inunda devido ao fechamento de comportas que evitam que a água invada a pista dos aviões. Muitos dos moradores se declaram pretos e pardos e, há quem seja descendente de migrantes nordestinos que passaram a ocupar Guarulhos e a Zona Leste de São Paulo principalmente a partir da década de 1950 (Fontes, 2008).

O bairro de Cumbica foi fundado em 1945 como dormitório para os trabalhadores da recém-inaugurada Base Aérea de São Paulo. Nesse mesmo ano foi implantada o bairro Cidade Satélite Industrial de Cumbica, a qual (somada à abertura da Rodovia Presidente Dutra) atraiu operários migrantes para as redondezas (Santana, 2014). As empresas imobiliárias lotearam o bairro nas décadas seguintes, criando os já citados Jardim das Nações e Jardim São Manoel, além do Castanha, Soimco e Paes de Barros, cujos habitantes pertencem às camadas menos favorecidas que requer um olhar atento das políticas públicas.

A partir desses dados, percebemos que a escola foi implantada numa região ocupada a décadas e que em 1990 já contava com a Escola Estadual Sebastião Walter Fusco e o então Soimco I (que atualmente se chama Brigadeiro do Ar Roberto Hipólito da Costa).

O edifício do Alexandre Lopes foi ampliado duas vezes após sua inauguração e há previsão de uma nova ampliação nos próximos anos, processo já em estudo dada a demanda escolar da região. Apesar de todas as reformas, muitos questionam a falta de acessibilidade para pessoas cadeirantes ou com mobilidade reduzida, visto que a escola possui dois andares em cada prédio e não conta com elevadores, como podemos observar na foto. Atualmente, ele possui grafites e desenhos, deixando o espaço colorido. Suas salas de aula são azulejadas e possuem duas lousas brancas cada, além de televisores, ventiladores e aparelhos de datashow. É interessante notar que muitos dos estudantes possuem vínculo com o esporte e a música, sendo algumas das

características do público atendido. Uma parcela expressiva dos estudantes do Ensino Médio trabalha para complementar a renda de suas famílias.



Fotos da Escola Estadual Alexandre Lopes Oliveira. (Google, 2024)



Fotos da Escola Estadual Alexandre Lopes Oliveira. (Google, 2024)



Fotos da Escola Estadual Alexandre Lopes Oliveira. (Google, 2024)

No período da pandemia a escola foi alicerce de famílias servindo quase 400 marmitas diariamente, as pessoas da comunidades que vivenciavam situações de risco. Em 2021, a diretoria de Ensino Guarulhos-Sul, a qual a nossa escola está jurisdicionada propôs um projeto que incluía duas escolas da região: a nossa EE Alexandre Lopes Oliveira com o segmento de Ensino Básico Fundamental -Anos Finais e Médio e a EE Laura da Purificação com Educação Básica Fundamental Anos Iniciais com a proposta da implantação do Programa Escola de Período Integral. Essas duas escolas seriam base de transformação para o bairro, porque dariam entrada e saída da vida escolar dos estudantes dentro de uma concepção de educação que se compromete com uma formação contextualizada, democrática, inclusiva e transformadora e não apenas sujeitos instruídos em um processo passivo de escolarização. Uma ação efetiva, pensada pelos órgãos centrais para elevar os índices das escolas e consequentemente da diretoria de ensino ao qual elas estão jurisdicionadas.

Na primeira ação a escola Laura da Purificação, conseguiu executar o projeto junto à comunidade de forma positiva, mas a escola Alexandre Lopes Oliveira, por causa de algumas especificidades não conseguiu executar até o prazo previsto(1º semestre/2021). A gestão foi convocada para refazer a ação e uma nova ação foi planejada com o intuito de concluir positivamente a proposta da diretoria ,pois dependia do parecer da comunidade escolar que na época estava indecisa pela atuação constante da APEOESP(Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).Foi realizado novamente, o

movimento em favor da transformação da escola em escola de Período Integral e na segunda votação conseguimos votos favoráveis para ação(2º semestre/2021).Com isto em 2022 iniciamos o processo de implementação de Escola de Período Integral e paralelamente já acontecia a implementação do Novo Ensino Médio(NEM) com os Itinerários Formativos e o Ensino Técnico.Com tantas mudanças no interior da escola assistimos também as crises e mudanças do exterior da escola. O Plano Nacional da Educação vigente de 2014 a 2024 (PNE) que determina as diretrizes, metas e estratégias passa a ser repensado e na prática se faz premente está ação para contemplar o direito a educação prevista na nossa Constituição Federal 1988 Art. 205.:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Vivemos tempos de mudanças, de quebra de paradigmas, de estabelecer novos valores, mas também de preservar outros que são base de referência para que a escola exerça seu papel de educar para potencializar a liberdade da pessoa. Nosso agir como educador não consiste somente em respeitar a liberdade do educando, mas em direcioná-la para produzir uma criticidade originando na produção de humanidade. O sentido próprio da palavra educar, palavra latina (e-ducere),significa “trazer a luz a ideia” ou filosoficamente fazer a criança passar da potência ao ato, da virtualidade a realidade. Nessa perspectiva ética de educação ,o foco da escola de período integral é colocar a consciência ética dos educadores que exercem suas funções nestes estabelecimento com o dever de investir em desenvolver as potencialidades dos estudantes para realizar com plenitude a vida pessoal e de contribuir para a realização da vida coletiva. Porém ao deparar-se com a realidade a gestão de crises e conflitos é inevitável porque atuamos com seres humanos ,imperfeitos nas suas essências e com direitos ao livre arbítrio o que nos faz únicos. Contudo, o conhecimento é a ciência são ensinados para que os estudantes se instrumentalizem objetivando um empoderamento frente aos dilemas e obstáculos do mundo cotidiano.

Os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.(Lei 13415/2016,artigo 3º § 7º).

É interessante notar que o Currículo Paulista prioriza a intersecção entre saberes acadêmicos e saberes experienciais, contemplando habilidades de cunho profissional e socioemocional. Contudo, isso deve ser problematizado como parte de um processo sócio-histórico mais amplo, no qual a escola passou a se preocupar com a voz dos estudantes, deixando de lado concepções clássicas que definiam o professor como o único detentor de poder dentro da sala de aula. Circe Bittencourt(2008), inclusive, mostra como as atividades realizadas em diferentes períodos servem para compreendermos visões de mundo e concepções de ensino e aprendizagem. Apesar de tratar especificamente da disciplina de História, as ideias da autora podem nos ajudar a analisar o currículo e sua execução de maneira mais ampla, identificando rupturas e continuidades na maneira como o ensino é ofertado.

Tendo isso em vista, é curioso que apesar das mudanças realizadas desde o século XX, o currículo ainda esteja engessado com disciplinas obrigatórias para o ingresso das universidades, excluindo as demandas e saberes de uma parcela do corpo discente, muitos dos quais vivendo em condições precárias quanto aos problemas decorrentes da administração pública que vão desde infraestrutura até o acesso a certos direitos.

A análise do Racismo Estrutural proposta por Almeida (2019) pode esclarecer tal situação na medida em que há séculos a exclusão da população negra do acesso a certos bens, o que se reflete na maneira como os bairros são estruturados e no acesso de seus moradores a outros espaços. Dentro desse contexto é premente que se repense em políticas curriculares visando a inserção das novas gerações num processo de integração quebrando os paradigmas que

estão vinculados e a um mercado de trabalho cada vez mais desregulado e precarizado.

Ao construir a elaboração do Projeto Político Pedagógico, priorizou-se pelas práticas que dialogam com a comunidade escolar e com um projeto educativo voltado para o Ensino Técnico com a assinatura do Projeto Ensino Profissionalizando desde 2021 com os cursos de Administração(introduzido em 2022),Recursos Humanos(introduzido 2023) e Logística(a ser introduzido em 2025) objetivando a inserção no mercado de trabalho ,sem permanecer na subalternidade, das famílias que assim o necessitem, mas com possibilidades de continuarem seus estudos.

Isto posto, acolhemos o Provão Paulista ou Vestibular Paulista Seriado (introduzido em 2023) como uma proposta para que os estudantes dessa escola continuem seus estudos em nível universitário, mas com condições de se manterem nas universidades(na medida em que não pagam mensalidades e podem ter acesso as políticas de inclusão universitárias existentes.)

No que se refere as mudanças realizadas pelo Novo Ensino Médio(NEM) em 2017 vêm no bojo de uma ruptura política desencadeada pelo golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff ⁶ no ano anterior. Nesse sentido, é importante ressaltar que essa lei atendia aos interesses dos “novos” detentores do poder, os quais tinham proximidade com grupos neoliberais e o setor empresarial brasileiro. Nessa disputa por espaço, viu-se que as Ciências Humanas perderam espaço em detrimento de outras matérias consideradas mais relevantes, muitas das quais voltadas para o mercado de trabalho. Esse processo ainda segue em construção, com a implementação de mais disciplinas e plataformas digitais, o que impactou no funcionamento de escolas regulares, mas também daquelas que aderiram ao Programa de Ensino Integral (PEI).

⁶ A presidenta Dilma Rousseff governou o Brasil em 2 mandatos sendo que o segundo não foi concluído(2011 a 2014/ -2015 a 2016).O processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT) foi jurídico e político, mas também midiático(Golpe).

Na EE PEI Alexandre Lopes Oliveira, que realizou o processo de adesão ao Programa de Escola Integral, em 2021 com a implementação a partir de 2022 não foi muito diferente do restante vivenciado na rede estadual paulista-Diretoria de Ensino Guarulhos Sul. Persiste uma resistência por parte dos professores de estudantes e docentes em relação ao Programa Escola Integral (PEI), sendo que muitos deles se fortalecem com a pauta de sindicatos que denunciam a precarização da carreira docente, a qual se exige mais trabalho do corpo docente. Apesar do Regime de Dedicação Plena e Exclusiva (RDPI) que diferencia o valor salarial, a resistência dos professores se fundamenta pelo fato de o docente cumprir 40 horas de trabalho em uma única Unidade Escolar prejudicando o acúmulo com outras instituições, além das exigências de documentação que são vivenciadas pelos professores na referida escola. Mas, fazer parte do Programa Ensino Integral é uma escolha dos docentes e gestão que são designados para tal, por meio de normativa específica.

Outro fato que merece apontamento são os laços construídos com os estudantes e familiares que se fortalecem pelo tempo de convivência diária, com disciplinas e ações que permeiam o protagonismo juvenil, a corresponsabilidade favorecendo as relações do conviver. Podemos frisar que ,nossa escola tem como premissa os quatro pilares que são as bases da educação da atualidade formados pelo grupo: **Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser**, Jacques Delors(1991). Eles são vistos como os principais objetivos da educação para o século XXI e foram criados para nos auxiliar a enfrentar todos os desafios da nossa sociedade.

O fato de estarmos vivenciando implantação de um novo modelo de educação, focado no estudante e na sua formação, aproximou a comunidade escolar e docente com um olhar mais atento as questões que demandavam ações prioritárias e urgentes, impossibilitadas pelo distanciamento ocasionada no período de fechamento das escolas na pandemia. A escola ,sempre foi e sempre será ponto de referência em situações de fragilidades nas comunidades mais carentes. Com o distanciamento, questões ficaram camufladas e esquecidas causando sequelas que viveremos por alguns anos.

Na escola em questão tivemos acesso desde 2021, o atendimento psicológico, semanal, na modalidade remota, que ajudou a reestabelecer os laços e o suporte emocional aos estudantes para encontrar um equilíbrio nas questões cotidianas. Nos anos subsequentes o atendimento psicológico passou a ser realizado presencialmente.

E com esse olhar individual sobre os estudantes, com o sistema de tutoria, onde o acolhimento é uma ferramenta presente, aproximando o estudante e o professor estamos sempre atentas as reais necessidades para compreender as fragilidades das relações humanas preconizando o diálogo com a comunidade oferecendo um currículo comprometido com a transformação social.

Outro ponto pertinente é o uso das avaliações externas pelos professores e gestão desta escola. O seu objetivo é diagnosticar e possibilitar o encaminhamento de estratégias para fomentar a uma melhoria na qualidade de aprendizagem dos estudantes. E a partir desse referencial, possibilitar que políticas públicas mais assertivas, favorecendo um retrato Cultural, social e político de cada região. Dessa forma, as avaliações externas assumem um papel importante tanto no contexto micro onde possibilita a comunidade escolar refletir suas práticas como no contexto macro, onde as propostas de ações educacionais se transformem em políticas públicas que irão mudar o curso da história da educação nacional. Nessa modalidade avaliativa, a Prova Paulista é aplicada em toda rede desde o primeiro bimestre (1º, 2º, 3º e 4º), treinando os estudantes a realizarem avaliações diagnósticas que posteriormente eram trabalhadas objetivando sanar as deficiências apresentadas.

Esse ato culminou com o Provão Paulista que contemplou a entrada de estudantes da 3ª série do Ensino Médio(NEM) regular ou Técnico para as Universidades Públicas. Essa cultura organizacional criou um mecanismo de estabelecer procedimentos, instituindo uma ação voltada para o currículo, superando as carências da prática na sala de aula e criando uma autonomia do estudante em descentralizar o ato de aprender. Contudo, é necessário frisar que o ensino não pode se pautar num único modelo de avaliação, pois as habilidades e os estudantes são diversos. Nesse sentido, Paulo Freire reforçava que as provas podem e devem ser complementadas por outras estratégias, como a

oralidade, a produção textual, dentre outros atributos. Esse processo, além do mais, deve ser mediado pelos saberes trazidos pelos estudantes, os quais seriam essenciais para a construção do conhecimento.

Luckesi (2014) também critica as avaliações com modelo de vestibular, pois exigiriam apenas memorização, deixando de lado a reflexão crítica e outras formas de o docente coletar e analisar a maneira como seus estudantes se apropriaram do conhecimento. Nesse sentido, como a avaliação do aprendizado não deve ser apenas a reprodução do conhecimento que é tido como ideal, ele sugere que o docente busque outras estratégias para além daquelas que são utilizadas para selecionar e excluir candidatos (como vestibulares e concursos).

Mesmo assim, é necessário compreendermos que a Prova Paulista é complementada pelas atividades realizadas em sala de aula, devendo ser vista como parte da avaliação e não o seu todo. Entretanto, avaliar crianças e jovens com base num nivelamento distanciado vai na contramão do que os autores acima defendiam: a construção autônoma de um conhecimento crítico e reflexivo.

Capítulo 2- O Ensino Médio: um segmento em construção

Para se delinear um panorama dos principais pontos de análise do Ensino Médio que convergem com este trabalho é premente analisarmos o currículo e suas transformações no cenário nacional. A primeira menção ao termo currículo data de 1633 e aparece na Universidade de Glasgow (Escócia) e tem como definição o curso inteiro seguido pelos estudantes. Já associado, porém a definição de currículo e os princípios da globalidade estrutural ou a ideia de um plano de aprendizagem. Os estudos curriculares se iniciam no século XX a partir do processo de industrialização americana e o Brasil vivencia o movimento nos anos de 1920 com o movimento da Escola Nova focando na concepção de que era preciso decidir sobre o que ensinar.

Ressalta-se que é importante localizar historicamente o período de 1914 a 1918 porque o mundo assistia a primeira Guerra mundial e o Brasil iniciou o processo de se organizar internamente, visto não poder comercializar com a Inglaterra devastada política e economicamente pela guerra. Como o Brasil era um país agroexportador monocultor focado no café, vivenciou-se um caos provocado pela queda da demanda de commodity e pelo acúmulos de toneladas acumuladas nos armazéns europeus como garantia de pagamentos para a dívida externa, além do congelamento nas concessões de crédito internacional. Porém o lado social se desenhava com emergências locais nos centros de poder político e econômico da época, com os movimentos sociais como Movimento Tenentista e Revolta dos 18 do Forte, além da perda de prestígio e legitimidade das elites agrárias. Contudo o Brasil foi obrigado a valorizar mais a indústria nacional substituindo as importações elevando entre 1912 a 1920 o número de trabalhadores na indústria. Com o processo de expansão das indústrias a escola atende as demandas geradas por essa industrialização voltando seu currículo para atender as mudanças econômicas que se estabelecem. A escola passa a ser utilizada como instrumento de controle social.

Surge no Brasil movimentos como A Escola Nova que tem como base o movimento ocorrido nos Estados Unidos denominado Eficientíssimo, cujo objetivo central é defender o currículo científico explicitando a administração escolar com a tríade: eficiência, eficácia e economia. Outro movimento chamado Progressismo cujo representante John Dewey parte do princípio que a elaboração do currículo reside nos conceitos de inteligência social e mudança. Teoria curricular única que encara a aprendizagem como um processo contínuo e não como a preparação para a vida adulta. Foco na resolução de problemas sociais e defende que as experiências educacionais precisam se conectar com outras instituições da própria sociedade como da família.

As reformas educacionais ocorridas no Brasil nos anos de 1920 preconizadas por Anísio Teixeira e Fernando Azevedo são embasadas nos princípios de Dewey e são conhecidos por escolanovista. Para Teixeira(2021) como a sociedade encontrava-se transformada num novo paradigma, com novas exigências e novas necessidades, seria necessário, que esse novo modelo de sociedade, também em um novo paradigma de homem. Esse indivíduo deveria estar preparado para os novos desafios advindos desse novo cenário e a educação seria o meio de proporcionar-lhe essa preparação. Contudo, essa preparação não deveria ser uma mera instrução ligada ao mercado de trabalho, mas sim contemplar outros pontos, que estimulasse o indivíduo a pensar e agir criticamente perante os problemas que o viessem confrontar podendo assim transformá-los.

Educar não é um ato solitário, nem tampouco egocêntrico. É um processo de doação, de defesa dos interesses comuns. Apenas pela luta de pessoas comprometidas pelo bem-estar social, por meio do compartilhamento do conhecimento adquirido pela experiência ou pela pesquisa, é que poderemos atingir um modelo cada vez mais sadio de sociedade, de indivíduo e de educação. Teixeira(2021)

Para que se possa aferir os objetivos educacionais que a escola procura atingir e as experiências que podem ser ofertadas com a probabilidade de alcançar esses propósitos, Tyler (1949) ,se propõe a articular as abordagens técnicas, como os eficientistas com o pensamento progressista. É mérito dele o vínculo estreito entre currículo e avaliação propondo eficiência da

implementação dos currículos seja inferida pela avaliação do rendimento dos alunos.

A convergência entre Dewey, Teixeira e Tyler está pautada na construção do currículo como um processo do qual o professor e estudantes participam. Porém, anteriormente ao de implantação existe o nível de decisão curricular que deve ser prescrito nas escolas. Nesse ponto especificamente, se faz presente as políticas públicas que norteiam a decisão, apesar de existir legislação que fundamenta todo o processo. Se faz premente apontar que no Brasil pouco se investiu em capacitação docente o que fragiliza o processo de libertação da tomada efetiva de decisão, o que torna o docente um executor da ação pensada fora do chão da escola, como por exemplo a implementação das plataforma da rede pública paulista em 2022.

No livro *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1971) ,Althusser analisa o sistema educacional na preparação do sujeito de cada classe social para assumir os papéis que lhe são destinados pelo sistema capitalista, denunciando o duplo caráter de atuação da escola na manutenção da estrutura social formadora de mão de obra. No Brasil vivenciamos a ditadura com o mais sofrido ato institucional nº 5(AI 5/1968) que a deixou sequelas irreversíveis na sociedade brasileira com falta de expressão e representatividade sufocando quem o fizesse.

Na escola pública até meados da década de 90, a reconstrução da liberdade de expressão se fez necessária e muitas vezes ausente, fato evidenciado pelos altos índices de retenção de alunos e uma classe docente composta de professores e estudantes e muitas vezes de áreas não específicas do magistério e com pouca experiência docente. A escola se mostrava na prática frágil e sem a construção de uma identidade de classe ,por parte dos docentes, que ao concluírem a faculdade abandonavam o exercício do magistério.

Através de estatísticas oficiais, fazem um balanço do fluxo educacional dos estudantes e demonstram como a massa estudantil (das classes populares) não alcança os últimos e mais renomados níveis educacionais; via análise documental demonstram uma “diferença sistemática” (BAUDELOT; ESTABLET, 1987, p. 115).

Esse grifo de Baudelat e Establet (*A escola capitalista na França 1971*) poderia facilmente representar a escola pública estadual de São Paulo nos anos de 1990 a 2010, onde o grande número de exclusão de jovens que abandonavam a escola para ingressar no mundo fabril ou que se matriculavam no período noturno em classes regulares ou Educação de Jovens e adultos para a correção do fluxo. Mas também podemos afirmar que esses dois autores se apropriam da ideia de Althusser, buscando explicitar a forma como o sistema escolar atua para garantir a diferenciação social e assim denunciar a propaganda da escola que garante oportunidades para todos.

As teorias de Bowles e Gintis em convergência com as críticas as suas concepções, podemos perceber que a escola é um espaço de contradições. Esta visão conduziu a chamada teoria da correspondência, segundo a qual alguns grupos são preparados para comandar a superestrutura, enquanto outras categorias sociais devem permanecer na infraestrutura. A escola seria o grande filtro, socializando os indivíduos de modo diferenciado. Bowles e Gintis (*Escolarização na América Capitalista, 1976*) aponta a materialidade de ideologia presente nos trabalhos de Althusser. Surge na década de 90 no Brasil a preocupação da inclusão na escola, mas em relação do conhecimento ofertado disponibilizando um maior tempo de aprendizagem.

Nesse sentido, pode-se afirmar que todas as concepções de organização - ciclos ou séries - devem necessariamente ser orientadas pelo regime de progressão continuada, ou seja, mesmo na organização do ensino em ciclos, estes devem estar associados à progressão continuada. Lei n. 9.394(LDB), 1996, art. 32.

É salutar apontar que todos esses autores estabeleceram uma correspondência entre as estruturas social e de produção identificando o controle do trabalhador no mercado a partir das experiências escolares. Com uma abordagem centrada na perpetuação das relações de classe e na importância dos processos culturais (Bourdieu e Passeron - 1970) explicitam a complexidade dos mecanismos de reprodução social e de cultura. Segundo a visão dos autores a escola perpetua a desigualdade social na distribuição oculta pela ideologia. Nas sociedades capitalistas não só as propriedades econômicas, mas também o capital social é dividido de forma desigual.

Na obra de Young (1971) *Conhecimento e controle novas direções para a Sociologia da Educação*, o autor propõe questões sobre a seleção e organização do conhecimento escolar buscando entender os interesses envolvidos em tais processos compreendendo que a escola contribuiu para legitimar determinados conhecimentos e os grupos que os detém.

No Brasil em 1979, com a democratização e o fim da ditadura reaparece no cenário político Paulo Freire e Demerval Saviani se estruturando *nas Ideologias e Currículo* de Michael Apple, focando nas análises reprodutivas do currículo, defende a correspondência entre dominação econômica e cultural rejeitando as perspectivas deterministas. Lança mãos de dois conceitos fundamentais e articulados da teoria marxista hegemonia e ideologia. A partir disso revê suas inquietações focando no fato de como os currículos escolares (re)criam a hegemonia ideológica de determinados grupos dentro da sociedade. Para responder suas inquietações e dúvidas Apple reformula o conceito de currículo oculto para dar conta das relações de poder que permeiam o currículo.

É importante lembrarmos que a educação no Brasil passou por várias transformações e o Ensino Médio também. Se na Primeira República (1889 – 1930) temos a implantação do ensino laico, com a Reforma Capanema (1942) há o enfoque em valores nacionalistas e o retorno do ensino religioso às escolas brasileiras. Além do mais, as Ciências Humanas são condensadas no curso de Estudos Sociais, o que será revertido pela LDB de 1961. Na ditadura, a reforma de 1971, os militares impuseram mudanças e deram primazia ao Ensino Técnico, deixando novamente de lado as Humanidades. Esse cenário foi modificado com a abertura política brasileira e a LDB de 1996, a qual foi complementada pelas leis de 2003 e 2008 que tornam obrigatório ensino de História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena (Lei 10.639/2003; Lei 11.645/2008). Atualmente, com o Novo Ensino Médio,(NEM) temos o retorno de medidas neoliberais que geram conflitos entre docentes e currículo, indo no oposto ao que os autores acima citados defendiam.

Realizar essa revisitação panorâmica histórica do currículo, priorizando alguns autores propicia entender a base ,a escola do passado(ou não),seus métodos, sua organização, seu funcionamento, bem como suas influências no presente, considerando as múltiplas culturas e suas linguagens, os instrumentos

simbólicos e concretos entre a concepção do modo de entender o presente e perspectivar o futuro. O ensino Médio navegou dentro desse cenário com diversas inquietações e sem muita fundamentação teórica para suprir todas as necessidades que se tornavam presentes. Sendo evidenciado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996:

O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes: destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes, o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania; II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes; III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição. § 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem; III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. § 2º. O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. Nota: Parágrafo regulamentado pelo Decreto nº 2.208, de 17.04.97. § 3º. Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos. § 4º. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. Lei n. 9.394(LDB), 1996, art. 36.

Na prática evidenciada e sala de aula vivenciamos no século XX um descompasso entre teoria o que ocasionava um descrédito pelos estudantes e suas famílias. A rede pública paulista precisava se reinventar para resgatar o apoio da comunidade docente e discente e colocar em prática o que já se previa na legislação brasileira. Mas mesmo nessa época podemos analisar situações de exclusões com a economia interferindo na educação buscando a força motriz que rege o mercado. Atualmente com o neoliberalismo a situação de desconforto se reproduz porque o jogo do mercado influenciando diretamente a educação gera situações de instabilidades como essa que atualmente estamos vivenciando, na questão do Novo Ensino Médio(NEM).

Conquanto ao que se refere aos rumos que a implantação do Novo Ensino Médio (NEM) , vem ocasionando na rede tanto particular quanto pública

,algumas contradições. Hoje já se repensa estratégias que possam corrigir a sua aplicabilidade. A unidade nacional vendida pelos defensores da BNCC se mostra falida, por desconsiderar a caracterização do estudante em sua condição de diferença e por desumanizar o trabalho docente sendo criticada por movimentos de diversas entidades científicas que criticam desde a primeira versão da BNCC que foram abandonados (CASSIO E CASTELLI, 2019). Percebe-se que a ausência de políticas públicas ou a descontinuidade delas, causa danos e sequelas em toda a sociedade.

Conforme constatado em dados pesquisados ,na periferia da maior cidade do país, Guarulhos/SP, inúmeros jovens não conseguem concluir o Ensino Médio por terem que priorizar o trabalho, sendo muitas vezes excluídos do seu direito previsto na própria constituição. Os conselhos tutelares que tem a função de acompanhar em parceria com escola e poder público não conseguem atender a demanda dos inúmeros casos de abandono que são notificados. Nesse sentido analisamos o mercado influenciando diretamente na educação porque esses estudantes por falta de capacitação exercem atividades de baixa remuneração e alta rotatividade, reproduzindo muitas vezes a sua base familiar. Com isto temos uma continuidade das políticas públicas que precisam socorrer essas famílias com apoios financeiros. E um ciclo que se não apoiado pelas próprias políticas públicas e ações efetivas se tornam vicioso sem perspectiva de mudanças.

Nesse contexto é premente ser introduzido a Interculturalidade que é a possibilidade de encontros ,trocas de sentimentos, desenvolvimento da empatia pelo professor e pelo estudante utilizando-se do diálogo, respeito, reconhecimento pelo outro, ocasionando relações educacionais harmoniosas e justas(Garcia e Regalado 2020).Nesse aspecto pensar a escola , focando no Ensino Médio(NEM) sinaliza-se as peculiaridades que o ano de 2023 proporcionou para essa modalidade. Os componentes curriculares passam por ajustes para atender a nova abordagem educacional proposta pela Base Nacional Comum Curricular(BNCC),com o objetivo de alinhar as mudanças oriundas da implementação do Novo Ensino Médio (NEM). Essa pesquisa permite analisar se as práticas educativas e o olhar sobre os componentes curriculares , etapa Ensino Médio foi de fato, ponto de partida de transformação

com o Provão Paulista que, a partir de agora irá compor a rotina escolar. Finalmente a quebra desse paradigma de integração do estudante nas universidades dando continuidade aos seus estudos tanto pelo Provão Paulista ou a preparação por meio dos cursos profissionalizantes para a inserção das novas gerações no mercado de trabalho e o nosso foco nesta análise de pesquisa.

Porém, é salutar apontar que a interculturalidade crítica, olhar o outro a partir de uma posição crítica dando-lhes esperança para olhar o outro para trabalhar a partir deles numa relação de proximidade. É uma construção a partir da rejeição e subalternização refletida na relação estabelecida pelo professor /estudante onde um é o detentor do conhecimento e o outro carece desse conhecimento. Expressa-se e exige-se uma pedagogia, um compromisso para construir e afirmar práticas, esses processos e condições diferentes(Walsh,2009).

Nesse sentido, as mudanças vivenciadas na rede pública paulista são novidade tanto para o estudante quanto para o professor, o que gera uma instabilidade também nesse que se auto denomina detentor do saber. Essa articulação criou um vínculo profundo nesses dois segmentos, porque estavam unidos por um elo maior: vivenciar ao mesmo tempo a construção de uma nova perspectiva do Ensino Médio(NEM). Com isso, estar com os estudantes dialogando com eles acolhendo-os preocupando-se com eles, exercendo a visibilidade, cria uma harmonia e desmistifica a visão de que os professores elegem o que seu aluno aprende, mas negocia-se o que de fato é importante que o estudante aprenda, porque aprender isso é importante para esse movimento que se aproxima.

Nessa ação intercultural permite-se mudar as práticas educativas e as relações na comunidade escolar que afetam a convivência harmoniosa (Sandoval,2016). Com processo de transformação na prática desse segmento de ensino gerando uma insegurança e uma instabilidade nas relações estabelecidas, fato que se evidenciou no Ensino Médio(NEM) tanto na modalidade Técnica quanto na modalidade Regular com a Lei 13.417 de 16/02/2017,que regulamenta a oferta do Ensino Técnico Federal sendo:

§ 6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade.

§ 7º A oferta de formações experimentais relacionadas ao inciso V do caput, em áreas que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, dependerá, para sua continuidade, do reconhecimento pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e da inserção no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no prazo de cinco anos, contados da data de oferta inicial da formação.

§ 8º A oferta de formação técnica e profissional a que se refere o inciso V do caput, realizada na própria instituição ou em parceria com outras instituições, deverá ser aprovada previamente pelo Conselho Estadual de Educação, homologada pelo Secretário Estadual de Educação e certificada pelos sistemas de ensino.

§ 9º As instituições de ensino emitirão certificado com validade nacional, que habilitará o concluinte do ensino médio ao prosseguimento dos estudos em nível superior ou em outros cursos ou formações para os quais a conclusão do ensino médio seja etapa obrigatória.

§ 10. Além das formas de organização previstas no art. 23, o ensino médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica.

A lei em questão regulamenta o Ensino Técnico a nível federal. Em São Paulo a implementação ocorre no governo do PSDB, em 2020, com o então secretário da educação Rossiele Soares⁷, que foi ministro da educação em 2018. Para tanto, foi realizado evento com as 91 diretorias de ensino do estado com dirigentes, supervisores, diretores do núcleo pedagógico no Memorial da América Latina, para tratar dos aspectos da implementação na rede. É pertinente abordar os pontos tratados no evento que elencam a normativa da legislação, histórico de diálogos com estudantes e professores, benefícios para acesso ao ensino superior, carga horária, itinerários formativos, cronograma e manifestação de interesse e como será realizado na prática a sua implementação.

⁷ Rossiele Soares foi Ministro da Educação do governo Temer, foi empossado em Maio/2016 (época da aprovação da BNCC) e Secretário da Educação de São Paulo (2019 a 2022), período pandêmico.

O novo ensino médio aproxima os estudantes das transformações da sociedade e do mercado de trabalho, por meio de um currículo mais flexível. A proposta considera, em especial, três vertentes: o desenvolvimento do Protagonismo e do Projeto de Vida dos estudantes, a valorização da aprendizagem com a ampliação da carga horária de estudos e a garantia de direitos de aprendizagem comuns. Nela, nota-se a preocupação com o mercado de trabalho e a formação de mão de obra para postos oferecidos pelo setor privado. Como dito anteriormente, essas premissas não são neutras, mas sim frutos de visões de mundo e interesses específicos. Aqui no caso falamos da pauta neoliberal e sua ideia de que a educação supriria a demanda do empresariado, porém deixando de lado o aprofundamento em questões sociais e na reflexão crítica sobre a realidade que rodeia esses estudantes.

Com o objetivo claro de elevar a Meta 11, do Plano Nacional da Educação (PNE), em 50% da expansão das matrículas da educação técnica de nível médio, ofertando cursos de qualificação profissional, ampliando as oportunidades de acesso a uma educação de qualidade a jovens matriculados no Ensino Médio oferecendo o Programa “NOVOTEC EXPRESSO” dentro do Programa NOVOTEC, que oferece cursos de qualificação profissional ofertados por meio de escolas técnicas ou instituições tecnológicas de ensino superior. Porém, a responsabilidade para aprovação, cabe ao Conselho de Escola que tem o dever, por meio do diretor da unidade escolar, encaminhar à Diretoria Regional de Ensino a manifestação favorável da Comunidade Escolar e do Conselho de Escola para oferta dos cursos de qualificação profissional na respectiva unidade escolar. A definição de quais componentes curriculares serão utilizados para oferta dos cursos do NOVOTEC EXPRESSO é de responsabilidade da direção da unidade escolar, a partir de consultas feitas aos estudantes e docentes. Para definir o(s) curso(s) do NOVOTEC EXPRESSO que será(ao) ofertado(s), a escola técnica, definida na parceria a ser firmada entre a Secretaria da Educação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Instituições de Ensino Técnico, deverá apresentar seu catálogo de cursos disponíveis para a unidade escolar que, por sua vez, deverá consultar o interesse dos estudantes nos cursos apresentados.

O currículo do Ensino Médio Regular de São Paulo, apresentava -se em 2021 com 12 possibilidades de aprofundamento curricular, sendo dez na área de

conhecimento e 02 de formação técnica. Esse formato resultou-se em queixas tanto da parte discente como docente ,pela extensa possibilidades, o que ocasionava problemas na efetivação das aulas. Em 2023 ocorreu a reformulação da grade do ensino Médio que passa a ter apenas três opções de aprofundamentos: 1- Ensino Médio Técnico,2- Matemática e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias,3- Linguagens e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. E premente esclarecer que essa ação se baseou efetivamente quando diversos setores da educação se juntaram e resolveram discutir em parceria com as comunidades para vivenciavam o problema da extensa possibilidades do cardápio oferecido aos estudantes, ocasionando distratores na eleição destes.

Na escola EE Alexandre Lopes assinamos com apoio do Conselho de Escola e principalmente com a possibilidade de ofertar mais uma modalidade aos estudantes que pleiteavam concluir seus estudos, mas por causa da necessidade de trabalhar como contribuição da renda familiar já pensavam em abandonar o Programa de Escola Período Integral ,sendo este um diferencial a ser estudado. O curso aprovado foi o de Administração Escolar em 2022 e Recursos Humanos em 2023.Para o ano de 2025 já feito a consulta e por causa da localização geográfica de proximidade do aeroporto internacional de São Paulo(Guarulhos/Cumbica) aprovado o curso de logística . Porém é premente que se faça uma distinção ,que anteriormente o professor era contratado por uma empresa terceirizada, mas, a partir de 2024 o estado assumiu a contratação de professores e os chamados Projeto de Apoio ao Estudante do Ensino Técnico (PAET) que atuam como coordenadores. Atualmente na escola EE Alexandre Lopes Oliveira tem as duas modalidades de contratação de professores do Ensino Técnico, uma o estado como responsável e outra com a terceirizada(fechando esse ciclo da terceirizada no final de 2024).

No dia 13 de junho de 2023 foi publicada a portaria que institui o grupo de trabalho, de caráter consultivo e propositivo que tem como finalidade realizar a análise dos problemas da educação nacional e elaborar um diagnóstico contendo as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para o Plano Nacional de Educação-PNE decênio 2024 a 2034 (Portaria 1.112 13-06-2023,Diário Oficial da União).

É sabido a importância e a riqueza desse momento histórico onde se traça um perfil da realidade nacional desse país diverso e heterogêneo. Porém na capital mais rica desse país, onde os recursos tecnológicos e financeiros atingem grande parte dos educadores pouco se tem falado sobre o assunto. Na rede pública estadual paulista nada se comentou sobre a publicação e nenhuma ação se esboçou para de fato se iniciar um diálogo sobre esse o caminho a serem traçado. Como em outras circunstâncias já vivenciadas, passaria despercebido, porém para essa ,agora pesquisadora, foi despertado a inquietude para o assunto. Infelizmente poucos tem a noção e a disposição de realizar uma análise minuciosa sendo apenas conduzido.

É salutar apontar que apesar de todos os esforços para se trabalhar a integração não conseguimos atender a um grupo que continua a margem da sociedade e que clamam por integração. Por outro lado, não conseguimos elevar realmente os índices de pesquisadores (mestres e doutores), para tratar desse e de outros tantos aspectos que merecem cuidado e atenção fato que sinaliza preocupação.

Em continuidade a defesa da escola Pública e as alterações sofridas pelo Ensino Médio foi implantado em 2023 pelo DECRETO Nº 67.941, de 15/09/23, que instituiu o Provão Paulista Seriado, no âmbito do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) substituindo as Avaliação de aprendizagem em Processo (AAP) que dentre os vários objetivos podemos citar: a democratização de acesso às vagas oferecidas pelas instituições públicas, unificando os processos seletivos de modo a substituir os exames vestibulares isolados para os estudantes que tenham cursado o ensino médio exclusivamente na rede pública do estado de São Paulo ou outros entes da federação. São objetivos específicos do Provão Paulista Seriado: oportunizar o acesso às diferentes modalidades de educação superior; avaliar anualmente os alunos do ensino médio de forma seriada, permitir ao aluno do ensino médio o acompanhamento de seu próprio desenvolvimento escolar, o conhecimento de suas potencialidades e a identificação de suas dificuldades, criar referência estadual para egressos do ensino médio, nortear políticas de valorização acadêmica, contribuir para a melhoria da aprendizagem os alunos do ensino médio, despertar no aluno do ensino médio o desejo pela

continuidade de sua formação educacional (DOE – Seção I – 18/09/2023 – Pág.1).

Com todas essas alterações vivenciadas pelos alunos do ensino médio na rede pública paulista, é premente discutir se o Provão Paulista como assim está sendo chamado cumpriria sua missão ao qual foi destinado sendo a porta de entrada para os estudantes mais carentes, considerados os excluídos adentrarem as universidades sejam elas públicas ou privadas. Com todas as transformações que ocorrem no momento com o Ensino Médio(NEM) tanto regular como Técnico não podemos afirmar que resolvemos a situação do Ensino Médio no Brasil ,mas sim que a situação já está sendo trabalhada, discutida o problema está sendo posto e estamos buscando uma resolução que permita a melhoria da situação do estudante, nosso objetivo. Porém cada vez que se mexe com o Ensino Médio surge outra situação que deve ser analisada e discutida numa ação cíclica onde o poder público interage com a comunidade escolar tentando contemplar as dúvidas, angústias, uma ação gera outra ,a práxis no cotidiano escolar.

Mas vale ressaltar que o Ensino Médio passa por transformações e que já se identificou que existe a necessidade de mudança, posto isso vale incentivar ações permitem que a rede pública paulista busque o caminho possível. Contudo o Provão Paulista, tanto os educadores ,como os estudantes precisam fazer a lição de casa, utilizando todas as ferramentas disponibilizadas pelo próprio governo paulista ,incluindo a Prova Paulista seriada, as plataformas digitais(Tarefas SP, Me Salva, Khan Academy, Leia SP, Prontos para o Mundo e Redação Paulista) apesar das críticas que vem sofrendo essas ferramentas de monitoramento ,porque são referências tanto para escola quanto para o estudantes quando utilizadas com sabedoria e assim concluir com êxito está ação elevando os índices da inclusão dos estudantes da rede pública em Universidades Públicas. Compreendendo que a melhoria dos índices da escola contribuiu para uma melhoria no ensino ofertado em todos os segmentos dessa escola.

Entretanto, é sempre importante reforçar que aumentar o número de estudantes nos espaços escolares não representa sua inclusão de fato, mas podemos denominar isso de integração .Ao ampliar o acesso a esses espaços

escolares, estamos colocando um público que necessita escolarização para dentro da escola, porém devemos pensar em como mantê-los dentro da escola para atingirmos esse objetivo proposto. Mantoan (2003) explica que esse processo seria uma integração, pois garante a entrada, mas não a igualdade de condições. Para ela a inclusão se daria quando o estudante estivesse em pé de igualdade com seus pares, tendo em vista suas necessidades e anseios. Esse problema valeria tanto para as demandas trazidas pelos discentes PCDs quanto por aqueles em vulnerabilidade social. Assim, concluimos este capítulo questionando se os objetivos do Provão acabariam por incluir de fato essas pessoas na rede de ensino ou apenas integrá-las sem pensar na permanência e em possíveis evasões.

Capítulo 3 - Análise de dados da Prova Paulista

A escola na visão atual é um espaço de organização do saber que tem seus objetivos e meios relacionados com a formação humana. Por isso segue um conjunto de normas, diretrizes, estrutura organizacional, com ações e procedimentos que asseguram a racionalização do uso dos recursos humanos, materiais financeiros e intelectuais assim como a coordenação e o acompanhamento de pessoas com o objetivo do sucesso tanto do aluno quanto de todos que participam desta ação. Nesse processo para efetivar a economicidade e a racionalização dos recursos foi pensado pela gestão de políticas públicas centrais da Secretaria Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP) ações que tenham como objetivo concretizar a integração dos estudantes do Ensino Médio (NEM) das escolas da rede pública paulista em Universidades Públicas e a expansão dos Cursos Técnicos para atender a uma demanda específica.

Em 2024 a Universidade de São Paulo(USP),principal articuladora do Projeto Provão Paulista que em conjunto com outras Universidades Públicas tem como objetivo primordial a democratização e a inclusão/integração dos estudantes da rede pública, enfrentando as desigualdades sinalizadas .Seguida pela Universidade Estadual Paulista (UNESP),pela Universidade Virtual de São Paulo (UNIVESP) e pelas Faculdades de Tecnologia de São Paulo (FATECS) buscam solucionar a situação problema: alunos do terceiro ano do ensino médio público do estado de São Paulo somente 16% fizeram o ENEM, segundo dados do reitor da USP Cotrim. Ressaltamos que o ENEM é a principal ferramenta para estudantes brasileiros conseguirem uma vaga na universidade, seja ela pública ou privada. A relevância é reconhecida inclusive em instituições de ensino superior de outros países como Portugal por exemplo, que já o aceitam como processo avaliativo (USP, 2023).

A prioridade ao favorecimento da FUVEST e do Provão Paulista em detrimento ao ENEM também pode trazer efeitos futuros na diversidade regional nos campus das Universidades. Porém , são ações efetivas e urgentes que

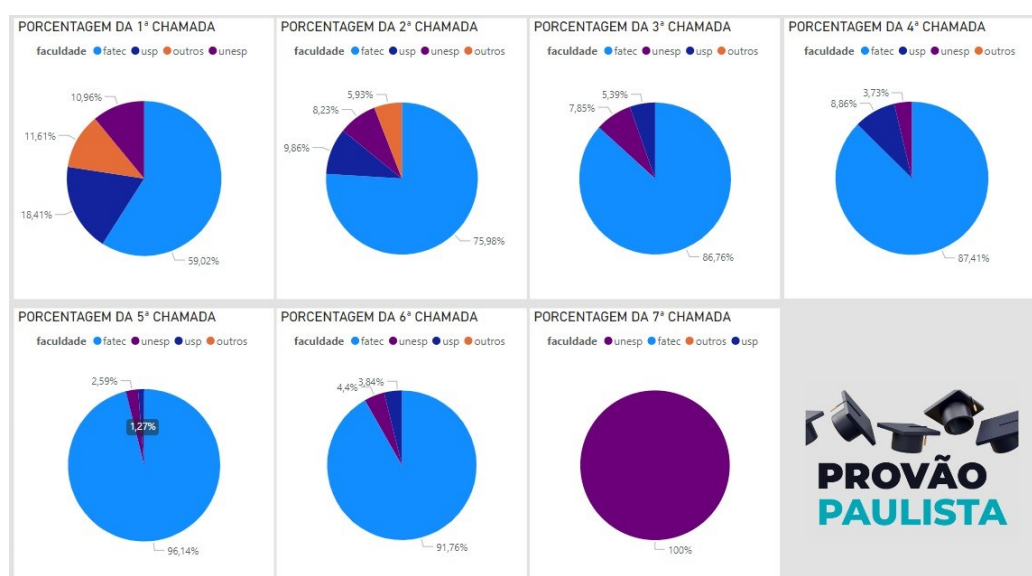
visam corrigir o histórico na adoção de formas de ingresso e permanência que resultem em maior diversidade discente, fato demonstrado em um atraso na entrada de seis anos dos primeiros candidatos selecionados pelo ENEM, que o fizeram somente em 2016. E para reafirmar a necessidade desse processo de interação, dados apontam que na Universidade de São Paulo, em 2023 apenas 27% dos pretos pardos foram aprovados no vestibular longe da parcela de 56% da população que se enquadra nessa categoria. Pontuamos ainda a questão indígena que são praticamente inexistentes, com um fatídico índice estatístico USP 2023 de 66 alunos nos cursos de graduação, subindo na pós graduação para 78 alunos e no pós-doutorado cai para 3 alunos (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2023). Esses dados demonstram a urgência de se tratar a integração desses estudantes focando não só no acesso, mas na permanência destes no espaço acadêmico. E premente se pensar na defesa do Provão Paulista não como a única via de solução para a resolução do problema posto, mas um dos primeiros passos.

Segundo dados da SEDUC (2023) serão mais de 180.024 estudantes inscritos na 3ª série do Ensino Médio regularmente matriculados na rede pública estadual paulista que farão o Provão Paulista, sendo os estudantes do 1º e 2º ano também regularmente matriculados no Ensino Médio também o farão em regime seriado, totalizando quase 400.000 estudantes. A cidade de Guarulhos, região periférica de São Paulo composta por duas Diretorias de Ensino, Guarulhos Norte e Guarulhos Sul, totalizando 168 escolas (82 da Diretoria Guarulhos Sul e 86 da Diretoria Guarulhos Norte), mas apenas 108 escolas que oferecem o Ensino Médio, sendo 60 da Diretoria Guarulhos Sul e 48 da Diretoria Guarulhos Norte que comemorou a ação e trabalhou com foco para contemplar o maior número de estudantes inclusos nas Universidades Públicas pelo Provão Paulista. Com a divulgação do resultado da primeira lista do Provão Paulista no dia 26 de janeiro de 2024 foram convocados 8.029 estudantes para efetuarem as matrículas.

A segunda lista divulgada em 02 de fevereiro de 2024, foram convocados 4.655 estudantes para efetuarem as matrículas. A terceira lista divulgada em 09 de fevereiro de 2024, foram convocados 3.360 estudantes para efetuarem a matrícula. A quarta lista da USP foram convocados 273 estudantes para

efetivarem a matrícula sendo que, quarta lista da Fatec fora convocada 2.695 estudantes para efetivarem a matrícula e a UNESP foram convocados 115 estudantes convocados para efetivarem a matrícula totalizando nesta fase 3.083 estudantes convocados. A quinta lista da Fatec foram convocados 2415 estudantes para efetivarem a matrícula, na USP foram convocados 32 estudantes para efetivarem a matrícula, na UNESP foram convocados 65 estudantes para efetivarem a matrícula totalizando nesta fase 2.512 estudantes convocados. A sexta lista da Fatec foram convocados 980 estudantes para efetivarem a matrícula ,na USP foram convocados 41 estudantes para realizarem a matrícula e a UNESP foram convocados 47 estudantes para realizarem a matrícula totalizando nesta fase 1.068 estudantes convocados .A sétima lista a UNESP convocou 24 estudantes para efetivarem a matrícula.

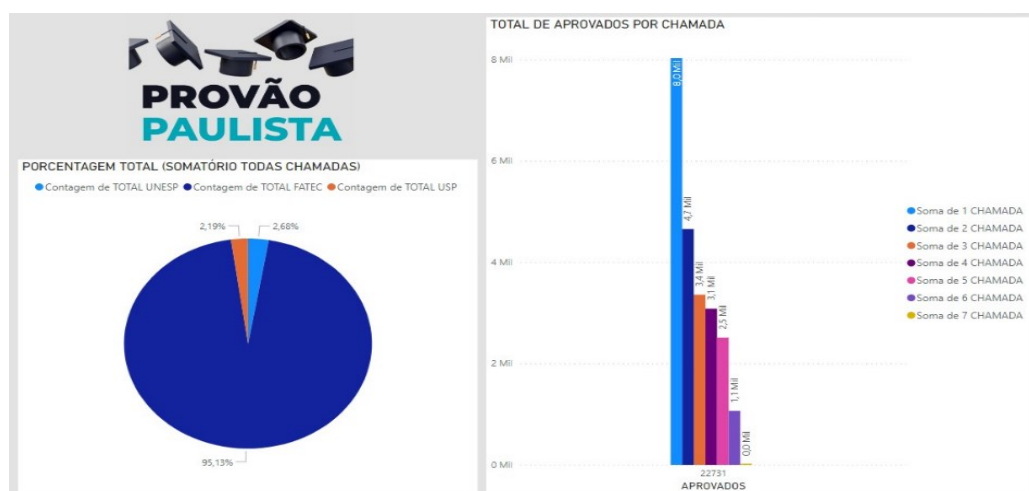
No total geral das sete listas oficiais foram convocados 22.731 estudantes para efetivarem a matrícula em universidades públicas cumprindo a meta estabelecida que era a de 15.369 estudantes em cursos superiores da Universidade de São Paulo(USP),Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista(Unesp), Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) e Faculdade de Tecnologia (Fatecs) do Centro Paula Souza já para o ano letivo de 2024, conforme gráfico abaixo:



Gráficos sobre a porcentagem de estudantes convocados pelo Provão Paulista (elaborado pela autora)

Outro dado verificado é que a Universidade de São Paulo (USP) foi a Universidade que oscilou na ocupação do 2º e 3º lugar nas chamadas para o ingresso, sendo 3 vezes ocupou o 2º lugar e 3 vezes ocupou o 3º lugar, fato que demonstra uma causa de integração sendo defendida pela reitoria da Universidade. Podemos afirmar ainda que a modalidade presencial se sobrepõe a online, dentro dessa perspectiva de interação, o que é relevante para essa pesquisa pois reflete as possibilidades de melhoria do ensino que aponta uma evasão menor nesta modalidade, fato apontado em estudos anteriores, por diversos autores, incluindo o próprio Paulo Freire.

O gráfico abaixo demonstra que a faculdade que mais conseguiu absorver estudantes no processo de integração na vida acadêmica foram as Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATECs).



Nota-se que a primeira chamada foi bem definida na questão de efetivar a matrícula nas universidades porém com a não concretização da efetivação da matrícula ocorreram as novas chamadas que foram para completar as vagas destinadas aos estudantes .E relevante apontar que, como bem já foram elencados existem fatores exógenos que são determinantes para que os estudantes não ingressem nas universidades, fato que em anos posteriores

deverão ser priorizados para que o projeto de integração de estudantes de escolas públicas possam realmente adentrar as universidades públicas.

Outro fator que merece destaque é que esse primeiro processo de implementação, demonstrou incertezas sobre esta ação. Portanto para nós que atuamos na escola pública há tempos, já é perceptível a mudança no perfil do estudante que tem sua matrícula em 2024 e que ao final do ano em curso também participará do projeto do Provão Paulista. Podemos apontar uma preocupação de aferir o que o professor ministra nas aulas e se isto está previsto no currículo oficial, que será aferido no Provão Paulista. Nesse sentido, é importante dizer que a verificação de dados pode ser utilizada como forma de controlar as aulas dos docentes, na medida em que coleta dados sobre dias, métodos e ordem dos conteúdos debatidos em sala de aula.

Se a tecnologia facilita o acesso à informação e servirá, como ferramenta para intervenções nas defasagens apresentadas pelas escolas, também pode servir para limitar o que é transmitido e cercear possibilidades de expansão do conteúdo. Com isso, reforçamos que o currículo é um espaço de conflito permeado pelos interesses de quem está no poder (Arroyo, 2011). Assim, repetimos que a lógica neoliberal segue sendo posta em prática por meio da nova configuração do Ensino Paulista. Se por um lado há o vetor mercadológico, por outro temos o controle dos ambientes de trabalho pelos setores privados. Se o Estado ainda dita o currículo, suas plataformas são entregues a empresas que acabam por moldar o ensino, atendendo aos interesses de empresas voltadas para a educação e grandes redes privadas de ensino (Dowbor; Blandy, 2022). O controle do docente atenderia à lógica desses grupos, os quais buscariam atender os anseios do poder público ao mesmo tempo em que os seus seriam também contemplados⁸.

As plataformas implantadas pelo governo estadual desde a pandemia são criadas e geridas por empresas que lucram com o ensino. Um exemplo é a plataforma Me Salva, que é utilizada para “preparar” os estudantes para o vestibular. Ela é gerida por empresas que trabalham com cursinhos e simulados,

⁸ A financeirização da educação brasileira e seus impactos retrata essa realidade frequente no Brasil com as políticas neoliberais, Blandy e Dowbor(2023).

os quais são transmitidos à rede pública por meio da referida ferramenta. Além da segurança de dados no uso de determinadas plataformas oferecidas pelo big-tech (Parra et.al, 2018) é importante apontar o uso excessivo das telas, o que já demonstram uma alteração no comportamento desses estudantes e no próprio governo que já sentiu a necessidade de contratação de plataformas próprias para as suas redes. Ou seja, a situação se torna cíclica e com necessidades de intervenções constantes.

É premente apontar que ao ser divulgados as listas pela SEDUC / SP, as escolas e diretorias se mobilizaram para divulgar esses nomes e incentivar os estudantes a realizarem seus processos de escolha e organizar os documentos necessários a matrícula. Esse trabalho de conscientização na execução das ações necessárias para a concretização da integração do estudante do Ensino Médio das escolas públicas em Universidades públicas resultou de um trabalho articulado pelas diretorias de Ensino acompanhadas de perto pela Secretaria da Educação que tem como foco a elevação da Meta 12 dos Parâmetros Curricular Nacional (PCN) onde prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a Taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 anos (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos assegurando a qualidade de oferta e expansão para, pelo menos 40% (quarenta por cento) das novas matrículas. Refere-se a taxa líquida de matrículas o indicador que busca medir o acesso aos cursos de graduação por aqueles que se encontram na idade prevista para cursá-los.

A metodologia de aplicação do Provão Paulista, foi a execução do Prova, em toda rede estadual para mais de 180.024 estudantes do Ensino Médio, que passaram por etapas do processo de seleção, inscrição e participação nos dois dias de provas e a escolha de cursos no portal do estudante. A primeira aplicação foi datada em 29/11/2023, iniciando às 8hrs da manhã finalizando às 12hrs. Estudantes do Ensino Médio contabilizam 400 mil (Fonte Secretaria Estadual da Educação-SEDUC/SP). Os estudantes do Ensino Médio foram convocados para realizar o Provão Seriado que tem como objetivo primordial inserir nas universidades públicas estaduais paulistas, estudantes prioritariamente da rede pública de SP no curso que o estudante escolheu

incluindo os cursos mais disputados do mercado como medicina por exemplo. A cada lista divulgada a rede estadual se movimentava ,com busca ativa aos estudantes que passaram nestas fases para a disponibilidade de documentação exigida pelo edital. E pertinente repetir a fala dos estudantes e a comparação entre a Prova Paulista e o Exame Nacional do Ensino Médio(Enem) que na visão dos de alguns estudante foi um facilitador porque o Enem eram 180 questões sendo questões objetivas organizadas em quatro áreas de conhecimento,mais uma de redação aplicadas em dois dias de abrangencia nacional incluindo a rede pública e rede particular.

O Provão Paulista era composto de 90 questões de multipla escolha com cinco respostas cada, sendo apenas uma a correta. Ela foi aplicada em toda rede estadual de São Paulo ao Ensino Médio em dois dias. Em contrapartida na Fuvest foram 90 questões e foi realizada em dois dias com intervalos. Uma fase do vestibular depende da outra para o estudante seguir em frente. Ela teve um número expresivo de 110.404 candidatos em 2024 sendo 8,68% de abstenções ocorrendo uma média de 9.586 faltantes.

Quanto às vagas disponibilizadas pelas universidades públicas estaduais paulistas deve-se comemorar o fato de 50% ser da Fuvest e os outros 50% foram 25% para o ENEM e 25% para a Prova Paulistas o que justifica todo o empenho do governo do estado de São Paulo representado pela secretaria da educação que articulou o processo de logística nas escolas focando no processo que iria acontecer no início de 2024, a inclusão dos estudantes do 3º ano nas universidades públicas paulistas. Para tanto podemos fundamentar essa ação com a inclusão das plataformas digitais como ferramenta de suporte para a ação docente que acontece no interior da escola. Tendo em vista esses dados, é importante salientar que a ideia do Provão é ampliar o acesso dos estudantes da rede pública paulista, integrando-os ao Ensino Superior público. Contudo, ele reduz as possibilidades de estudantes de outros estados ingressarem nas universidades estatuais paulistas, excluindo uma parcela deles do processo seletivo.

Conquanto, é importante frizar que a aquisição de um aparato tecnológico que proporciona a articulação dessa ação,principal resquício da pandemia onde

as aulas online precisavam tanto dessas plataformas (ferramentas tecnológicas) e desses instrumentos de aprendizagens (tablets, notebook, computadores, tvs, data Show, dentre outros) é um facilitador do processo. Porém, é premente apontar que essas ferramentas foram criadas com o centro de mídia, na época que tivemos que acessar os estudantes e as escolas estavam fechadas, mas com o período pós pandemia, buscou-se uma forma de continuar a utilizá-las e ainda suprir a grande defasagem que restou. Mas agora com todos os estudantes presencialmente e com o uso indeterminado dessas ferramentas, já se mostram no cotidiano uma insuficiência dessa ferramenta. Quanto a capacitação de docentes está acontecendo aos poucos pelos cursos da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” (EFAPE) e por meio de capacitações pontuais nas Diretorias de Ensino a qual fazemos parte e consequentemente replicado na escola pelo professor que foi capacitado na diretoria.

Contudo foi notório a contribuição dessas ações para a integração dos estudantes nas universidades públicas estaduais, mas também podemos afirmar que é necessário não só a ação de políticas públicas, mas também a dedicação de cada estudante principalmente com ações de planejamento na qual o plano de estudo do aluno e as horas dedicadas a isso fará diferença na conclusão desse propósito. É também como a família auxilia esse estudante nesse período que as escolhas são tão definidoras e tão importantes. Para concluir, é importante salientar que há a possibilidade de reduzir barreiras e desigualdades entre os estudantes das escolas estaduais e seus concorrentes oriundos da rede privada. Mesmo assim, há que se lembrar da falta de estrutura em muitas instituições de ensino, o que acaba trazendo outros problemas para o efetivo êxito desse projeto de integração. Isso é somado muitas vezes à falta de manutenção dos equipamentos já adquiridos, o que prejudica ainda mais o acesso a esses direitos.

Quanto a expansão do ensino profissionalizante na rede pública estadual podemos refletir sobre a oferta de cursos Técnicos aos estudantes do 2º ano do EM, cursando juntamente com o Ensino Médio com as opções dentre outras de Enfermagem, Recursos Humanos, Administração, Logística e Tecnologia da Informação. Ou seja, tanto os estudantes que entram para o mundo acadêmico,

as universidades ou aqueles que tem que resolver a parte financeira contribuindo com a renda familiar tem a oportunidade de serem acolhidos e priorizando a continuidade de seus estudos.

Considerações Finais

A educação básica na atualidade é impactada por constante inovação tecnológica e pedagógica.

Em se tratando do Ensino Médio, as transformações nos processos de ensino e no currículo escolar estão em curso há mais de uma década, havendo em 2017, por exemplo, alteração da carga horária, ampliação das escolas em tempo integral e a possibilidade de os estudantes escolherem caminhos de aprofundamento em seus estudos (lei 13. 415).

No Novo Ensino Médio – NEM, os currículos são organizados pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC e por itinerários formativos. Também é fato que houve ampliação dos mecanismos de acesso à universidade, como o ENEM e o Provão Paulista, a fim de beneficiar diferentes atores sociais.

Em recente aprovação de 9 de julho próximo passado, uma nova reforma do Ensino Médio aprovada pela Câmara do Deputados e ainda dependente da sanção presidencial, prevê mudanças a partir de 2025: haverá adaptação de carga horária, de itinerários formativos e a criação de diretrizes. As disciplinas tradicionais obrigatórias estão previstas na nova reforma.

Em relação a carga horária (3000 horas nos três anos do EM) 80% devem ser vinculados à parte comum que abriga as disciplinas tradicionais vinculadas à BNCC e o restante se destina aos itinerários formativos que contemplam as cinco linhas já previstas em 2017 linguagem, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e ensino técnico e profissional, que a partir da reforma seguirão diretrizes e sofrerão adaptação curricular., ainda a serem criadas.

A nova carga horaria atende aos alunos que cursam o ensino médio integrado ao técnico, sendo a carga comum de 2.100 horas e deste montante 300 horas devem ser de matérias tradicionais que sejam relacionadas com a formação específica.

A criação de diretrizes e a adaptação curricular para os itinerários formativos, que passarão a ser chamados de percursos de aprofundamento e integração de estudos, serão elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação

- CNE em colaboração com redes de ensino estaduais, sendo prevista a implementação de ensino médio com o novo formato para alunos do 1º ano em 2025.

A escola EE Alexandre Lopes Oliveira considerando os itinerários formativos que inclui a formação técnica e profissional de forma a aprofundar conhecimentos e ajudar na inserção dos jovens no mercado de trabalho, proposto pelo Novo Ensino Médio, implementou no ano de 2022 o Ensino Técnico com os curso de Administração, em 2023 o de Recursos Humanos e está previsto para 2025 o de Logística.

No contexto dessa pesquisa buscamos entender, os efeitos do Provão Paulista realizado no ano de 2023 no cotidiano da escola EE Alexandre Lopes Oliveira nos atores que compõem as equipes gestora, docente e discente.

Ainda que sejam dados de uma experiência inovadora, portanto, se trata de um território em construção nossos apontamentos consideram os efeitos de ambas as ações: o Provão Paulista e o Ensino Técnico para o aluno do Ensino Médio da escola EE Alexandre Lopes Oliveira.

Defendemos a premissa de que toda vez que uma pessoa interage com o ambiente e pode significar positivamente a experiência, consegue posteriormente buscá-la, em sua memória, como referência.

Entendemos que boas experiências são para o estudante recém-saído, da escola pública um incentivo para dar continuidade aos estudos e ocupar seu espaço na sociedade.

Assim, é importante lembrarmos que a educação tem como função ensinar pensar, o que seria ferramenta essencial para a aprendizagem e, consequentemente à compreensão e aí sim à retenção de memória sobre os saberes com os quais os estudantes tiveram contato de acordo com Leite (2003),

O fato de queremos uma escola para todos e não um cliente ideal(estudante) teremos que aceitar o desafio de prever e conceber diferentes processos e meios de ensinar, para que se criem condições em que todos se sintam reconhecidos e respeitados e dispostos a aprender,

conhecendo e reconhecendo outros de si diferentes.
(Leite,2003)

Na escola EE Alexandre Lopes Oliveira o estudante que recém concluiu o Ensino Médio (NEM) em 2023, foi orientado em todas as etapas para realizar o Provão Paulista e pôde vivenciar experiências enriquecedoras.

A visibilidade desta ação, deste acolhimento aos alunos refletiu segundo nossa percepção, na baixa dos índices de evasão escolar que no primeiro bimestre de 2024 apresentava dos 541 estudantes regularmente matriculados nos anos finais e médio (da 6º ano a 3º do médio) um índice de 175 (32,34%) estudantes com infrequência, sendo que no segundo bimestre esse índice baixou para 75(13,86%) estudantes com infrequência.

Remonta ao século XIX o ensino universitário de caráter privado seja como Faculdade ou como Universidade, havendo “uma transformação do ensino superior no século XX que consistiu no fato de destinarem-se também ao atendimento à massa e não exclusivamente à elite” como assinala Martins (2002, p. 6).

Tal fato não é garantia de acesso uma vez que apesar da expansão das políticas públicas de integração o acesso, à educação superior no Brasil é dificultoso e ainda que pesquisas apontem um crescimento no número de ingressantes, ele ainda continua abaixo das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Neste cenário duas questões se impõem, especialmente para os alunos provenientes de escolas públicas: o ingresso / o acesso à Faculdade e a conclusão do curso superior.

A conclusão do curso superior ainda que não seja objetivo desta pesquisa nos convoca a algumas reflexões que se referem à dificuldade de acompanhar os conteúdos e à jornada dupla de administrar trabalho e estudo que estudantes oriundos das escolas públicas precisam enfrentar, sendo estas questões relacionadas a evasão das / nas universidades.

Se nossa pesquisa tem como foco o acesso à universidade entendemos, portanto, ser objetivo da escola estimular a formação no Ensino Médio, diminuir a evasão escolar e garantir um ensino público de qualidade.

Um outro objetivo é promover a orientação nos estudos pois os estudantes necessitam de suporte e esclarecimento sobre os caminhos para ingressar nas universidades.

Garantir ensino de qualidade para todos e o preparo dos estudantes do Ensino Médio para a graduação são pautas que precisam de atenção especial e sempre foram os eixos condutores de nossa ação como gestora de escola pública.

Nas diretorias de Ensino Guarulhos Sul e Guarulhos Norte sempre foi pauta de reunião estabelecer um plano de ação focado nesta demanda para atingir um número maior de estudantes e assim poder contemplar uma expansão no ingresso nas universidades. Porém o acesso às universidades públicas nunca foi uma prioridade como a que se assiste atualmente, mesmo considerando a proximidade de campus universitários com a escola EE Alexandre Lopes Oliveira, a saber: desde 2005, a Universidade de São Paulo (USP-LESTE) a 12,4 KM do centro de Guarulhos e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), localizada na região central de Guarulhos, que assinou a parceria com a Prefeitura de Guarulhos em 2021.

Esse paradigma está sendo destruído, graças à parceria do governo do Estado representando o Ensino Básico com as Universidade Públicas Estaduais e apoiado pelos professores e gestores da rede pública com a conscientização das famílias um novo cenário se descortina.

Ressalto que todo esse movimento de acesso as universidades públicas estão sendo realizado no estado de SP em todas as escolas públicas estaduais, essa pesquisa-ação retrata apenas um recorte que é a cidade de Guarulhos/SP, foco da nossa pesquisa.

Plano Nacional de Educação determina que um terço dos jovens de 18 a 24 anos deveriam estar no ensino superior até 2024,mas o ritmo de expansão caiu desde 2015,segundo projeção com dados do INEP e do IBGE.(Moreno,2019)

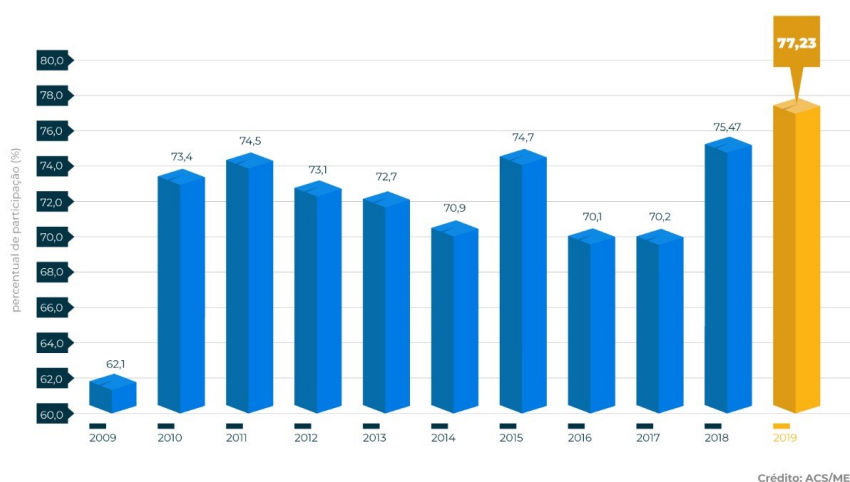
Segundo pesquisa atual os estudos mostram que o Brasil ,só conseguirá atingir a Meta 12 do Plano Nacional da Educação (PNE),que prevê que o acesso de jovens as Universidades em 2037, com isto teríamos um atraso em parte ocasionada pela pandemia ,mas também pela contribuição de políticas públicas ineficazes. Por isso ações significativas como o Pé de Meia do Governo Federal que valoriza a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no Ensino Médio Público, devem ser mantidas e valorizadas. Nesse contexto, ele oferece incentivos relacionados à matrícula, frequência e participação em exames educacionais, entre outros fatores a serem considerados.

Participar do Enem é um dos critérios para ter acesso aos benefícios. Por mês a ajuda de custo de R\$ 200,00 (Duzentos Reais). Porém a cada ano concluído o estudante recebe uma poupança no valor de R\$ 1000,00 (Hum Mil Reais) se for aprovado. Ao final do Ensino Médio poderá chegar a um valor expressivo de R\$ 9.200,00 (Nove mil e Duzentos Reais) para continuar seus estudos. O Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) que avalia o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica faz parte de ações concretas de políticas públicas com foco em elevar os índices do Plano Nacional da Educação(PNE).

Ao longo de mais de duas décadas de existência, o Enem tornou-se a principal porta de entrada para a educação superior no Brasil, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e de iniciativas como o Programa

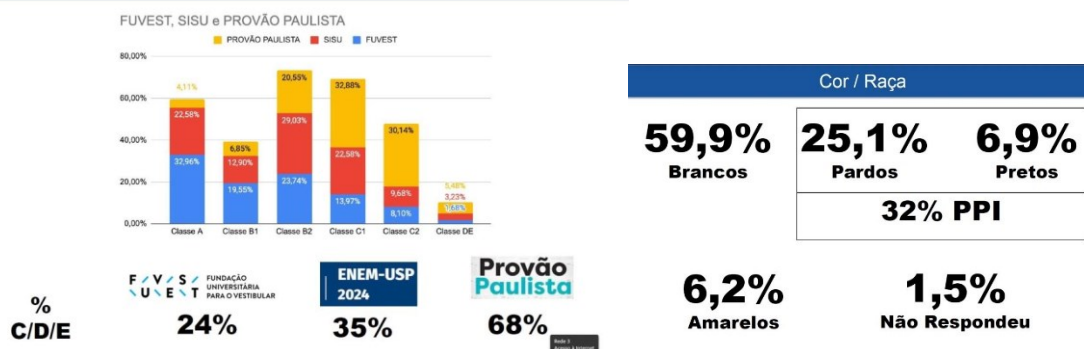
Universidade para Todos (Prouni). Instituições de ensino públicas e privadas utilizam o Enem para selecionar estudantes. Os resultados são utilizados como critério único ou complementar dos processos seletivos, além de servirem de parâmetros para acesso a auxílios governamentais, como o proporcionado pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Enem | Taxa de participação ano a ano



Dados de participação do ENEM (MEC, 2020)

Classe Social – Mecanismo de Entrada



Dados de classe social de estudantes ingressantes na FEA-USP (USP, 2024)

É interessante acompanhar levantamentos como os realizados pelas próprias universidades. No caso acima, trata-se de uma pesquisa realizada pela

Universidade de São Paulo a fim de analisar o perfil socioeconômico dos ingressantes dos últimos anos. Apesar do foco ser a Faculdade de Economia e Administração (FEA), é possível inferirmos mudanças no público atendido pelo Provão Paulista. Nesse sentido, a questão racial é de suma importância, pois não há como separarmos classe e raça no Brasil (Almeida, 2018). Contudo, ainda vemos uma discrepância expressiva na comparação entre brancos e pretos quando olhamos em perspectiva global (todas as três provas: Fuvest, Enem e Provão Paulista).

Com a nova proposta do Estado de São Paulo que implementa essa política de acessibilidade surgiu para as universidades um grande desafio aos docentes universitários que é a própria universidade com o fato da primeira vez na história atender esses estudantes com um processo diferenciado objetivando a permanência deste no Campus. Destinando a esses estudantes as políticas públicas que garantem a parte financeira não onerando mais as famílias que conseguiram se articular sem a contribuição mensal do salário que esse jovem dispunha com a renda familiar. Por outro lado, as aulas, grande desafio no início da jornada universitária poderá ser bem inclusivo, pois sabemos da dificuldade de linguagem acadêmica das universidades, fato que me remete ao meu início na universidade e a não desistência dado ao acolhimento realizado pelo professor. Sabemos que os desafios são inúmeros, porém é premente elencar que o conjunto do processo foi e continua sendo uma revolução científica no mundo acadêmico há tempos sonhado/idealizado por pesquisadores como Paulo Freire dentre tantos outros que previam a acessibilidade do conhecimento num mundo marcado pelas desigualdades do capitalismo.

Propostas de acesso não devem contemplar apenas a entrada no ensino superior, mas também sua permanência e conclusão. Nesse sentido, é importante lembrarmos de medidas de apoio implementadas por universidades públicas como auxílios financeiros e moradia para estudantes de baixa renda ou que provenham de cidades distantes do campus em que ingressou. Mesmo assim, a discrepância se faz presente por barreiras estruturais, como o próprio Racismo, o qual impede uma parcela importante da população de exercer devidamente os seus direitos (Almeida, 2018).

Quando reconhecemos o direito e a aplicabilidade desta ação que objetiva a inclusão de estudantes em Universidades Públicas garantimos o acesso, mas é preciso pensar e planejar a permanência e o sucesso desta ação dentro do espaço universitário. Quanto mais fundamentação teórica e prática se construir ,mais garantias da efetivação desta ação teremos. Transformar a realidade intervindo e recriando-a positivamente para a construção de uma mundo mais digno se dá no processo de desenvolver as competências e habilidades da ação do sujeito no mundo. Flexibilizar, respeitando o processo de cada estudante se faz urgente para a inclusão e conscientização da necessidade de estratégias que aposte num planejamento que tem como finalidade a inclusão e permanência desse estudante. Somente assim poderemos caminhar rumo ao Plano Nacional da Educação (PNE) que prevê a elevação da metas tanto na graduação como na pós graduação.

Que meu destino não é dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade.(...)(Freire,1990).

Assim estudos quantitativos partem do princípio de que consideramos a intencionalidade dessa ação para transformar e reconstruir a realidade dessa exclusão vivenciada pelos estudantes da rede pública que até o presente momento não compunham dados significativos de acesso e permanência nas universidades públicas. E salutar essas políticas de integração social onde se reestabeleçam a tomada de decisão de consciência de si própria e do meio que que a envolve para a construção contínua da pessoa humana de seu saber e das suas aptidões reconectando uma sociedade mais justa e solidária. Como foi defendido desde o início dessa pesquisa, a integração dos estudantes nas universidades públicas, com o Provão Paulista, representa um avanço das políticas públicas ,para a educação dentro do estado de São Paulo.

Ressaltamos ainda que expansão de cursos Técnicos na rede pública estadual paulista é fundamental para fornecer subsídios para que os estudantes

possam ter opções dado a sua organização familiar. Na diretoria de Ensino Guarulhos Sul foi muito disputado tanto pelas escolas como pelos estudantes o curso de enfermagem que foi disponibilizado na rede. Esse curso sempre foi administrado por escolas particulares e agora passa a fazer parte do sonho desses estudantes. Logística também sempre foi um sonho dos estudantes de Guarulhos, pela proximidade do aeroporto e pela facilidade de ingresso quanto dispor desse curso no Curriculum Vitae, o que facilita a integração ao mundo do trabalho.

É relevante discutir e apontar que as escolas públicas paulista estão sim no caminho certo, comprovado por meio de dados estatísticos. Porém se faz urgente debater a questão de outros estados com menor arrecadação e consequentemente menos investimento na educação e tenham impedimento, nesse novo modelo de integração para atender uma demanda de outras regiões que vinham para SP para vivenciar o sonho de adentrar as universidades que aqui estão estabelecidas.

Essa dicotomia, nos revela o lado negativo dessa ação que seria a exclusão de estudantes de outros estados, onde outrora tinham a oportunidade de virem para SP para estudar e neste momento só lhes restam as provas do Enem conforme já foi apontado anteriormente. Porém, devemos valorizar a importância desta ação dentro do contexto da relevância que se tem o Ensino Médio(NEM) e mais ainda pensar na continuidade dos estudos dando uma largada inicial na sua vida acadêmica que até bem pouco tempo foi esquecida pelos educadores por ausência das políticas públicas eficazes.

Bibliografia

APPLE, Michel W. Ideologia e Currículo. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

APPLE, Michel W. Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra os subalternos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013

AZEVEDO, José Clóvis de; SANTOS, Edmilson Santos dos. Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre, 1996. p. 15-33.

BARDIN, Laurence. Análise do Conteúdo. Edição 2020. Editora Edições 70.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1975.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 14. jun. 2019

CASSIO, Fernando; CASTELLI Roberto Jr ,organizadores-Educação é a Base? - 23 educadores discutem a BNCC. Ação Educativa.2ª impressão 2029.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais. Editora Vozes 6ª Edição 2021.

DECRETO Nº 67.941 de 15/09/2023 que institui o Provão Paulista Seriado. Consulta realizada 10/03/2024. Diário Oficial do Estado de São Paulo Seção I - 18/09/2023 Pág. 1

DOWBOR, Ladislau. Resgatar a Função Social da Economia. Uma questão de Dignidade Humana. Editora Elefante.2022.

ESTEVÃO, Carlos Alberto Villar. Justiça e Educação: a justiça plural e a igualdade complexa na escola. São Paulo: Cortez, 2001.

ESTEVIÃO, Carlos Alberto Villar. Educação, justiça e democracia: um estudo sobre as geografias da justiça em Educação. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática 1945-1964. Civilização Brasileira, 2019.

FILHO, João Cardoso Palma Filho. A Política Educacional do estado de São Paulo no período 1983 -2008. <https://acervo.digital.unesp.br>. Consulta realizada em 27/08/2023.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo Salomão. O nacional-desenvolvimentismo em tempos de Getúlio Vargas (1951-1954). FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática 1945-1964. Civilização Brasileira, 2019.

FREIRE, Paulo. Política e Educação: ensaios. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista brasileira de história da educação*, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

KEMMISE, STEPHENS; TAGGART, MC ROBIN. Pesquisa-Ação Participativa – Ação Comunicativa e a Esfera Pública, 2000.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (LDB 9.394). Art. 32 <https://www.planalto.gov.br> consulta realizada em 20/04/2023.

LEI 13415/2016- O Currículo do ensino Médio e formação integral do estudante <https://www.planalto.gov.br> consulta realizada em 20/04/2023.

LEITE, C. Para uma escola Curricularmente Inteligente. Porto. Edições Asa 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. Cortez editora, 2014.

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, v. 17, p.04-06, 2002

MORENO, Carlos. Mais da metade dos Ingressantes Desistem de Cursos Superiores. Líder da Diretoria de Estatística Educacionais do INEP. Consulta realizada em 20/04/2023 [http:// abmes.org.br](http://abmes.org.br)

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de, p. 1985-2016*, 2016.

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO-PNE- <https://pne.mec.gov.br> consulta realizada em 10/04/2023 .

PONCE, Branca Jurema O tempo no mundo contemporâneo: o tempo escolar e a justiça curricular. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 42, p. 1-20, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623660533>

PONCE, Branca Jurema. O Currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018.

PONCE, Branca Jurema; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. O currículo escolar em busca da justiça social: a violência doméstica contra a criança e o adolescente. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 331 -349 abr./jun. 2015.

PONCE, Branca Jurema; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. A justiça curricular, a violência sexual intrafamiliar (VSI) e o direito à aprendizagem. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.15, n.4, p. 1208-1233, out./dez. 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i4p1208-1233>

PONCE, Branca Jurema; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. Violência contra a criança, educação em direitos humanos e justiça curricular. *Inter- Ação*, Goiânia, v. 43, p. 360-377, 2018. São Paulo: Cortez, 1993.

RAMALHO, José Ricardo. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o mundo do trabalho no Brasil: anos 1990 e 2000. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de AN (Org.) O Brasil Republicano. O tempo da Nova República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RODRIGUES, Léo .Dados do Plano Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. <https://www.ibge.gov.br> -2023 consulta realizada em 10/06/2023

SANFELICE, José Luís. A política Educacional no Estado de São Paulo: apontamentos. Nuances: Estudos sobre educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 146 – 159, jan./dez. 2010.

SILVA, T. Teorias do Currículo. Editora Porto.2000

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luiz Heron;

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernad; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em revista*, n. 33, p. 07-47, 2001.

VILAR,A. Currículo e Ensino. Porto .Edições Asa.1994